

**1883**

**2 de julho**

Sabe-se que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria à medicina dosimétrica. Este é o nome, creio eu; e não há por onde trocar os nomes às coisas, que já os trazem de nascença.

Mas não basta abrir enfermarias; é útil explicá-las. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande crueza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício. Uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão dali lesto e pimpões; e isto não parece justo.

Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito à liberdade; mas, entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade de consciência, a liberdade de testar, a liberdade do ventre, (teoria Lulu Sênior); por um sentimento de compaixão, a liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos, não! Concedo que o doente possa escolher entre a alopatia e a homeopatia, porque são dois sistemas, — ou duas escolas, — a escola cadavérica (versão Maximiano) e a escola aquática. Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há para o doente, a liberdade de medicarse mal. Ao contrário, este era o caso de aplicar o velho grito muçulmano: — crê ou morre.

Se, ao menos, a própria dosimetria permitisse o uso de ambos os modos, as doses bem medidas, e as doses mal medidas, tinha a enfermaria uma explicação. E não seria absurdo. Conheci um médico, que dava alopatia aos adultos, e homeopatia às crianças, e explicava esta aparente contradição com uma resposta épica de ingenuidade: — para que hei de martirizar uma pobre criança? A própria homeopatia, quando estreou no Brasil, teve seus ecléticos; entre eles, o Dr. R. Torres e o Dr. Tloesquelec, segundo afirmou em tempo (há quarenta anos) o Dr. João V. Martins, que era dos puros. Os ecléticos tratavam os doentes, "como a eles aprouvesse". É o que imprimia então o chefe dos propagandistas.

Mas a dosimetria é contrária a esses tristes recursos. Parece mesmo que esta nova religião ainda não passou do vers. 18, cap. IV, de São Mateus, que é o lugar em que Jesus chama os primeiros apóstolos, Pedro e André: "Vinde após mim, e farei que sejais pescadores de homens". Não há ainda tempo de ter hereges nem cismáticos: está nas primeiras pescas de doentes.

O único ponto em que a escola dosimétrica se parece com a homeopática é na facilidade que dá ao doente de tratar-se a si mesmo; mas isto não quer dizer que tenha de cair no mesmo abuso do ecletismo. Quer dizer que a ciência, como todas as moedas, tem seus trocos miúdos. Dois amigos meus andam munidos de caixas dosimétricas; ingerem isto ou aquilo, conforme um papelinho impresso, que trazem consigo. Levam a saúde nas algibeiras, chegam mesmo a distribuí-la aos amigos.

Lá que isto seja novo, é o que nego redondamente. O autor destas vulgarizações parece ser um certo Asclepiades, contemporâneo de Pompeu. Esse cavalheiro era mestre de eloquência; mas sentindo em si outros talentos, estudou a medicina, criou uma arte nova, e anunciou cinco modos de cura aplicáveis a todas as enfermidades. Estão ouvindo? Cinco, nem mais uma pílula para remédio. Essas drogas eram: dieta, abstinência de vinho, fricções, exercício a pé e passeios de liteira. *Cada um sentia que podia medicar-se a si próprio*, escreve Plínio, — e o entusiasmo foi geral. Tal qual a homeopatia e a dosimetria. Nem uma nem outra tocou ao sublime daquele Asclepiades, que, segundo o mesmo autor, encontrando o saimento de um desconhecido, fez com que o inculcado morto não fosse deitado à fogueira, levou-o consigo e curou-o; mas, em suma, aguardemos o primeiro freguês que a escola cadavérica remeter para a Jurujuba.

Voltando ao ponto, espero que a direção da Beneficência atenda aos meus conselhos. Não negue a cem doentes o que tão liberalmente distribui a sete ou quinze. Que o semelhante cure ao semelhante, ou o contrário ao contrário, são afirmações que se excluem; mas, contrário ou semelhante, é de rigor que as doses sejam as mesmas.

#### 4 de julho

Ocorreu-me compor umas certas regras para uso dos que freqüentam bondes. O desenvolvimento que tem tido entre nós esse meio de locomoção, essencialmente democrático, exige que ele não seja deixado ao puro capricho dos passageiros. Não posso dar aqui mais do que alguns extratos do meu trabalho; basta saber que tem nada menos de setenta artigos. Vão apenas dez.

##### ART. I

##### *Dos encatarroados*

Os encatarroados podem entrar nos bondes com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro.

Quando a tosse for tão teimosa, que não permita esta limitação, os encatarroados têm dois alvitres: — ou irem a pé, que é bom exercício, ou meterem-se na cama. Também podem ir tossir para o diabo que os carregue.

Os encatarroados que estiverem nas extremidades dos bancos, devem escarrar para o lado da rua, em vez de o fazerem no próprio bonde, salvo caso de aposta, preceito religioso ou maçônico, vocação, etc., etc.

##### ART. II

##### *Da posição das pernas*

As pernas devem trazer-se de modo que não constranjam os passageiros do mesmo banco. Não se proíbem formalmente as pernas abertas, mas com a condição de pagar os outros lugares, e fazê-los ocupar por meninas pobres ou viúvas desvalidas, mediante uma pequena gratificação.

##### ART. III

### *Da leitura dos jornais*

Cada vez que um passageiro abrir a folha que estiver lendo, terá o cuidado de não roçar as ventas dos vizinhos, nem levar-lhes os chapéus. Também não é bonito encostá-los no passageiro da frente.

#### ART. IV

##### *Dos quebra-queixos*

É permitido o uso dos quebra-queixos em duas circunstâncias: — a primeira quando não for ninguém no bonde, e a segunda ao descer.

#### ART. V

##### *Dos amoladores*

Toda a pessoa que sentir necessidade de contar os seus negócios íntimos, sem interesse para ninguém, deve primeiro indagar do passageiro escolhido para uma tal confiança, se ele é assaz cristão e resignado. No caso afirmativo, perguntar-lhe-á se prefere a narração ou uma descarga de pontapés. Sendo provável que ele prefira os pontapés, a pessoa deve imediatamente pespegá-los. No caso, aliás extraordinário e quase absurdo, de que o passageiro prefira a narração, o proponente deve fazê-lo minuciosamente, carregando muito nas circunstâncias mais triviais, repetindo os ditos, pisando e repisando as coisas, de modo que o paciente jure aos seus deuses não cair em outra.

#### ART. VI

##### *Dos perdigotos*

Reserva-se o banco da frente para a emissão dos perdigotos, salvo nas ocasiões em que a chuva obriga a mudar a posição do banco. Também podem emitir-se na plataforma de trás, indo o passageiro ao pé do condutor, e a cara para a rua.

#### ART. VII

##### *Das conversas*

Quando duas pessoas, sentadas a distância, quiserem dizer alguma coisa em voz alta, terão cuidado de não gastar mais de quinze ou vinte palavras, e, em todo caso, sem alusões maliciosas, principalmente se houver senhoras.

#### ART. VIII

##### *Das pessoas com morrinha*

As pessoas que tiverem morrinha, podem participar dos bondes indiretamente: ficando na calçada, e vendo-os passar de um lado para outro. Será melhor que morem em rua por onde eles passem, porque então podem vê-los mesmo da janela.

#### ART. IX

##### *Da passagem às senhoras*

Quando alguma senhora entrar, o passageiro da ponta deve levantar-se e dar passagem, não só porque é incômodo para ele ficar sentado, apertando as pernas, como porque é uma grande má-criação.

#### ART. X

##### *Do pagamento*

Quando o passageiro estiver ao pé de um conhecido, e, ao vir o condutor receber as passagens, notar que o conhecido procura o dinheiro com certa vagareza ou dificuldade, deve imediatamente pagar por ele: é evidente que, se ele quisesse

pagar, teria tirado o dinheiro mais depressa.

## 22 de julho

O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância do subsídio.

Respeito as cãs do distinto mineiro; mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Exa., não só uma, como duas censuras.

A primeira emenda é descabida. S. Exa. naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica.

Não advertiu S. Exa., que esse desconto é lógico e possível num país, onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do que sentimento ou um costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães.

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. Cá, quando há alguém para jantar, mata-se um porco; e se há intimidade, as pessoas da vizinhança, que não compareceram, recebem no dia seguinte um pedaço de lombo, uma costeleta, etc. Ora, isso que se faz no dia seguinte, nas casas particulares, sem censura nem emenda, porque é que merecerá emenda e censura na Câmara, onde aliás o lombo e as costeletas são remetidos só no fim do mês? Nem remetidos são: os próprios obsequiados é que hão de ir buscá-los.

Demais, subsídio não é vencimento no sentido ordinário: *pro labore*. É um modo de suprir às necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afiançada. O fato de não ir à Câmara não quer dizer que não trata dos negócios públicos; em casa, pode fazer longos trabalhos e investigações. Será por andar algumas vezes na Rua do Ouvidor, ou algures? Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do homem? A mais bela freguesa dos nossos armarinhos não pode impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de matemáticas. Arquimedes fez uma descoberta estando no banho.

Mas, concedamos tudo; concedamos que a mais bela freguesa dos nossos armarinhos me leva os olhos, as pernas e o coração. Ainda assim estou cumprindo os deveres do cargo. Em primeiro lugar, jurei manter as instituições do país, e o armarinho, por ser a mais recente, não é a menos sólida das nossas instituições. Em segundo lugar, defendo a bolsa do contribuinte, pois, enquanto a acompanho com os olhos, as pernas e o coração, impeço que o contribuinte o faça, e é claro que este não o pode fazer, sem emprego de veículo, luvas, gravatas, molhaduras, cheiros, etc.

\* \* \*

Não é menos curiosa a segunda emenda do Sr. Penido: a redução do subsídio.

Ninguém ignora que a Câmara só pode tratar dessa matéria no último ano de legislatura. Daí a rejeição da emenda. O Sr. Penido não nega a inconstitucionalidade desta, mas argumenta de um modo singularíssimo. O

aumento de subsídio fez-se inconstitucionalmente; logo, a redução pode ser feita pela mesma forma inconstitucional.

Perdoe-me S. Exa.; este seu raciocínio não é sério; lembra o aforismo popular — mordedura de cão cura-se com o pêlo do mesmo cão.

O ato da Câmara, aumentando o subsídio, foi inconstitucional? Suponhamos que sim. Por isso mesmo que o foi, a Câmara obrigou-se a não repeti-lo, imitando assim de um modo moderno a palavra daquele general romano, que bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: — é preciso ir até ali, não é necessário voltar!

## 15 de agosto

Nota-se há algum tempo certa tristeza nos generais da Armada. Há em todos uma invencível melancolia, um abatimento misterioso. A expressão jovial do Sr. Silveira da Mota acabou. O Sr. De Lamare, conquanto tivesse sempre os mesmos modos pacatos, mostra na fisionomia alguma coisa nova e diferente, uma espécie de aflição concentrada. Não falo do Sr. Barão da Passagem, nem do Sr. Lomba; todos sabem que esses jazem no leito da dor com a mais impenetrável das moléstias humanas.

Não atinando com a causa do fenômeno, os médicos resolveram fazer uma conferência, e todos foram de opinião que a moléstia tinha uma origem puramente moral. Os generais sentem necessidade de alguma coisa. Não pode ser aumento dos vencimentos; eles contentam-se com o soldo. Nem honras, eles as têm bastantes, e não querem mais. Nisto interveio o Sr. Meira de Vasconcelos. S. Exa. conversou com os enfermos, e descobriu que eles padeciam de uma necessidade de denominação nova. Fácil era o remédio; eis a receita que S. Exa. lavrou ontem, no Senado, em forma de aditivo ao orçamento da Marinha:

“Os postos de generais do corpo da Armada passarão a ter as seguintes denominações, sem alteração dos vencimentos nem das honras militares: — Almirante (passa a ser) almirante da armada; vice-almirante (idem) almirante; chefe da esquadra (idem) vice-almirante; chefe de divisão (idem) contra-almirante”.

Não é de supor que o Senado rejeite uma coisa tão simples; podemos felicitar desde já os ilustres enfermos.

Não terá escapado ao leitor, que, por este artigo passamos a ter quatro categorias de almirantes, em vez de duas; e ninguém imagina como isto faz crescer os pepinos. Outra coisa também não terá escapado ao leitor, é o dom prolífico deste aditivo, porquanto ele ainda pode dar de si, quando a moléstia atacar os outros oficiais, uma boa dúzia de almirantes: — um quase-almirante, um almirante adjunto, um almirante suplente, etc., até chegar ao atual aspirante de Marinha, que será aspirante a almirante.

Não há que dizer nada contra a medicação. A Câmara Municipal aplica-a todos os dias às ruas. Quando alguma destas padece de falta de iluminação ou sobra de atoleiros, a Câmara muda-lhe o nome. Rua de D. Zeferina, Rua de D. Amália, Rua do Comendador Alves, Rua do Brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto; *c'est pas plus malin que ça*. Foi assim que duas velhas ruas, a da Carioca e a do Rio Comprido, cansadas de trazer um nome que as prendia demasiadamente à história da cidade, pelo que padeciam de enxaquecas, foram crismadas pela ilustre corporação: — uma passou a chamar-se São Francisco de Assis, outra Malvino Reis.

\*\*\*

Creio que o leitor sabe de um banquete que as sumidades inglesas deram agora ao célebre ator Irving. O presidente da festa foi o *lord chief justice*. Levantando o brinde à rainha, disse, entre outras, estas palavras:

“Usarei de uma metáfora apropriada à ocasião; direi que Sua Majestade, durante muitos anos, tem desempenhado um grande papel no tablado dos negócios humanos, representando com graça, com dignidade, com honra e com uma nobre simpleza. (*Apoiados*). Os seus súditos sabem como ela amava o drama na mocidade... Agora, nos últimos tempos, sob a influência de uma grande tristeza, tem se retirado do teatro público”.

Ah! Se o Sr. Lafayette caísse em usar cá uma tal metáfora! Se Sganarello lhe deu tantas amarguras, que diríamos desta comparação da rainha com uma atriz, e do governo com um tablado? Não sei se já disse que o discurso foi do *lord chief justice*.

Já o fato de ir este homem jantar com um ator é extraordinário; mas o que dirá o leitor de um bilhete com que Gladstone, que atualmente governa a Inglaterra, pede desculpa a Irving de não poder comparecer, acrescentando que há dois anos para cá, só tem ido aos jantares de *lord mayor*, que são jantares de rigor? E a ênfase com que o bispo de York escreve, dizendo que os que se interessam pela moralidade pública, devem simpatizar com as honras feitas a Irving, que tão nobremente tem levantado a arte dramática na Inglaterra?

Não quero citar mais nada; bastam-se estas palavras do lindo brinde do *lord chief justice* ao artista festejado:

“Em conclusão: assim como a América nos mandou Booth, assim mandamos Irving à América, e assim como Irving e a Inglaterra receberam Booth de braços abertos, assim também, estou certo, aquele grande e generoso país receberá o nosso primeiro e admirável ator”.

\*\*\*

À vista destes deploráveis exemplos quer-me parecer que Sganarello e Molière não fariam tão má figura na Câmara dos Comuns...

\*\*\*

Não vamos agora dar um banquete ao Sr. Pedrosa só para imitar os ingleses.

\*\*\*

Um articulista anônimo, tratando há dias do uso da folga acadêmica nas quintas-feiras, escreveu que Moisés e Cristo só recomendaram um dia de descanso na semana, e acrescenta que nem Spencer nem Comte indicaram dois.

Nada direi de Spencer; mas pelo que respeita a Comte, nosso imortal mestre, declaro que a afirmação é falsa. Comte permite (excepcionalmente, é verdade) a observância de dois dias de repouso. Eis o que se lê no *Catecismo* do grande filósofo:

“O dia de descanso deve ser um e o mesmo para todas as classes de homens. Segundo o judaísmo, esse dia é o sábado; — e segundo o cristianismo, é o domingo. O positivismo pode admitir, em certos

casos, a guarda do sábado e do domingo, ao mesmo tempo. Tal é, por exemplo, o daquelas instituições criadas para a contemplação dos filhos da Grã-Bretanha, como sejam, entre outras, os parlamentos de alguns países, etc. E a razão é esta. Sendo os ingleses, em geral, muito ocupados, pouco tempo lhes resta para ver as coisas alheias. Daí a necessidade de limitar os dias de trabalho parlamentar dos ditos países, a fim de que aqueles insulares possam gozar da vista recreativa das mencionadas instituições". (Cat. Posit., página 302).

Rio de Janeiro, 3 do Brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto de 94 (14 de agosto de 1883).

## 16 de outubro

No momento em que me sentava a escrever, recebi uma carta de um nosso hóspede ilustre. *As-tu vu le mandarin?* Pois foi ele mesmo, o mandarim, que me escreveu, pedindo a fineza de inserir nas "Balas de Estalo" uma exposição modesta das impressões que até agora tem recebido do nosso país.

Não traduzi a carta, para lhe não tirar o valor. Além disso, há dela alguns juízos demasiado crus, que melhor é fiquem conhecidos tão-somente dos que sabem a língua chinesa. Em alguns lugares, o meu ilustre correspondente inseriu expressões nossas; ou por não achar equivalente na língua dele ou (como me parece) para mostrar que já está um pouco familiar com o idioma do país. Eis a carta:

Vu pan Lélio,

Lamakatu apă ling-ling "Balas de Estalo", mapapi tung? Keré siri mamma, ulama'i tiká.

Ton-ton pacamaré Rua do Ouvidor nappi Botafogo, nappi Laranjeiras nappi Petrópolis gogô. China cava miraka Rua do Ouvidor! Naka ling! tica milung! Ita marica armarinho, gavamacu moça bonita, vala ravala balvão; caixeiro sika maripu derretido. Moçanigu vaia peça fita, agulha, veludo, colchete, iva curva trapalhada. Moço lingu istu passa na rua, che-beru pitigaia entra, namora, rini mamma.

Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixu. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika ana bapa bung? Gogô xupitô? Nepa in pavé. Brasil desfalques latecatu. Inglese poeta, Shakespeare, kará: make money; upa lamaré in língua Brasil: — *mete dinheiro no bolso*. Vaia, Vaia, gapaling capita passa a unha simá teka laparika. Eting põe-se a panos; etang merú xilindró.

Itá poxta, China kiva Li-vai-pé, abá naná Otaviano Hudson, naka panaka, neka paneca, mingü. Musa vira kassete.

— Mira lung Minas Gerais longu senado. Vetá miná Lima Duarte passi Cesário Alvim; mará kari Evaristo da Veiga seba Inácio Martins. Rebagú sara Coromandel? Teca laia Coromandel?

Aba lili tramway Copacabana. Vasi lang? Tacatu, pacatu, pacatu. Hu-huchi edital Wagner, limaraia Duvivier. Toca xuxu Figueiredo de Magalhães, upa, upa upa. Baba China páriú. Héh...

Siba-ú lami assembléia provincial nanakaté. Mirô bobó xalu Galvão Peixoto: ridin teca maneca cabelinho na venta. Pantutu? Hermann limpatuba Arang chikang Companhia Telefônica ruru mamma, ipi, xuchi paripangatu; Caminha, Magalhães Castro, xela kapa, xela kipa, xela kopa. Neka siri lipa Câmara dos Deputados abaling. China seca pareka amolador empala. Laka pitak? Nana pariú.

Faro e Lino papyros, biblos, makó gogó. Lino abatukamu, Faro abatiki. Eba ú laté! Castelões zuru! Club Beethoven paka xali! Tarinanga axá acaritunga. Harritoff dansa mari xali!

Xulica Brasil pará; aba lingu retórica, palração, tempo perdido, pari mamma; xulica Kurimantu. Iva nenê, iva tatá. Brasil gamela tika moka, inglês ver. Veriman? Calunga, mussanga, monau denguê. Valavala. Dara dara bastonara. Malan drice paku. Ocuoco; momeréo-diarê. Ite, issa est.

Mandarim de 1ª classe.  
TONG KONG SING

Como se terá visto, no meio de alguns reparos crus, há muita simpatia e viva observação. Quanto ao estilo, é do mais puro, é da escola de Macau, às doutrinas do século XII antes da Criação. A nossa crítica terá notado a linda imagem com que o ilustre escritor define o progresso, chegando à praia da Copacabana: pacatu, pacatu, pacatu. Em suma, é um documento honroso para o autor e para nós.

### 23 de outubro

A *Gazeta de Londres* publicou, em seu número de 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao Conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, pareceu-me interessante transcrever esse documento:

À S. Exa. o Sr. Conde Granville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Calcutá, 13 de agosto de 1883.

Senhor Conde.

Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado Secretário de Estado das Colônias, dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Exa. para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo.

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Exa. que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de há muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé.

O deplorável equívoco que, durante dilatados anos, classificou o chimpanzé entre os macacos, estava já há muito abandonado. Mas persistia a convicção de que, embora pertencente à família humana, o chimpanzé fosse refratário ao trabalho. Esta mesma convicção vai desaparecer, depois das brilhantes experiências feitas nos domínios



de Sua Majestade, e até na China e no Japão.

O primeiro súdito de Sua Majestade que empregou o chimpanzé, foi *Sir John Sterling*, que reside na Índia há trinta anos. Desde 1864 o seu trabalhador era o chim comum. Ultimamente, porém, deu-se uma desordem, verdadeira rebelião, e a maior parte dos trabalhadores retiraram-se. *Sir John Sterling* resolveu liquidar e voltar para a Europa; mas tendo notícia de que o chimpanzé era moralmente superior ao chim comum, mandou contratar uns trinta para ensaio, e deu-se muito bem com eles. Daí a seis meses a plantação tinha cerca de cem indivíduos: hoje conta setecentos e trinta. Dois parentes seus lançaram mão do mesmo instrumento de trabalho; hoje há muitíssimas plantações que não têm outro.

Foram os parentes de *Sir John Sterling*, que me deram as notícias que nesta data transmito a V. Exa. o Sr. Secretário das Colônias, e que vou resumir para uso de V. Exa..

A primeira vantagem do chimpanzé é que é muito mais sóbrio que o chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por este, (galinhas, patos, gansos, etc.), não o são pelo outro, que se sustenta de cocos e nozes. O chimpanzé não usa roupa, calçado ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, *Sir John Sterling* e seus parentes afirmam que têm conseguido fazer com que os chimpanzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano.

Não tendo os chimpanzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte alguma embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Exa. calcular o sossego que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chim comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade da espécie, que ainda repugna a alguns.

Quanto aos lucros, dizem-me que são de vinte e cinco a vinte e oito por cento. *Sir John Sterling* fez no ano de 1881, com o chim comum, vinte mil libras; em 1882, tendo introduzido em março os primeiros chimpanzés, apurou quinze mil libras; e nos primeiros seis meses deste ano vai em onze mil e quinhentas. A perfeição do trabalho é, ou a mesma, ou maior. A celeridade é dobrada, e a limpeza é tão superior, que *Sir John* não viu nada melhor na Inglaterra.

No ofício ao Secretário das Colônias, mando alguns dados estatísticos, desenvolvidos, que não reproduzo para não alongar este.

A princípio houve relutância em admitir o chimpanzé pelo fato de andar muita vez a quatro pés; mas *Sir John Sterling*, que é naturalista e antropologista emérito, fez observar aos parentes e amigos, que a atitude do chimpanzé é uma questão de costumes. Na Europa e outras partes, há muitos bípedes por simples hábito, educação, uso de família, imitação e outras causas, que não implicam com as faculdades intelectuais. Mas tal é a força do preconceito que, assim como no caso daqueles bípedes se conclui da

posição das pernas para a qualidade da pessoa, assim também se faz com o chimpanzé; sendo ambos o mesmíssimo caso: — uma questão de aparência e preconceito. Felizmente, a propaganda vai fazendo desaparecer esse erro funesto, e o chimpanzé começa a ser julgado de um modo equitativo, científico e prático.

Rogo a V. Exa. se digne submeter estes fatos ao conhecimento do Sr. Gladstone.

Sou, etc.

WEBSTER.

Esta carta é realmente importante, e espero sejam devidamente apreciadas e não fiquem perdidas as lições que contém. O nosso defeito é não dar atenção a coisas sérias! Esta é das mais sérias.

As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substituto. Segundo a carta transcrita, o chimpanzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento, porque o chimpanzé não se cruzará com as raças do país.

## 7 de novembro

Nascer rico é uma grande vantagem que nem todos sabem apreciar. Qual não será a de nascer rei? Essa é ainda mais preciosa, não só por ser mais rara, como porque não se pode lá chegar por esforço próprio, salvo alguns desses lances tão extraordinários, que a história toda se desloca. Sobe-se de carteiro a milionário; não se sobe de milionário a príncipe.

Entretanto, dado o caso de vocação (porque a natureza diverte-se às vezes em andar ao invés da sociedade), como há de um homem que sente ímpetos régios, combinar o sentimento pessoal com a paz pública? Aí está o caso em que nem o mais fino Escobar era capaz de resolver; aí está o que resolveram alguns cidadãos de Guaratinguetá.

Reuniram-se e organizaram uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é irmandade só no nome; na realidade, é um reino; e tudo indica que é o reino dos Céus. Os referidos cidadãos acharam o meio de cingir a coroa sem vir buscá-la a São Cristóvão: elegem anualmente um rei, e a coroa passa de uma testa a outra, pacificamente, alegremente, como no jogo do papelão. Aqui vai o papelão. O que traz o papelão?

No presente ano (1883-1884), o Rei da irmandade é o Sr. Martins de Abreu, nome pouco sonoro, mas não é de sonoridade que vivem as boas instituições. A Rainha é a Sra. D. Clara Maria de Jesus. Há um Juiz do Ramalhete, que é o Sr. Francisco Ferreira, e uma juíza do mesmo Ramalhete que é a Sra. D. Zelina Rosa do Amor Divino. Não há a menor explicação do que seja este ramalhete. É realmente um ramalhete ou é nome simbólico do principado ministerial?

Segue-se o Capitão do Mastro. Este cargo coube ao Sr. Antônio Gonçalves Bruno, e não tem funções definidas. Capitão do Mastro faz cismar. Que mastro, e por que capitão? Compreendo o Juiz da Vara; compreendo mesmo o Alferes da Bandeira. Este é provavelmente o que leva a bandeira, e, para supor que o capitão tem a seu cargo carregar um mastro, é preciso demonstrar primeiramente a necessidade do mastro. Já não digo a mesma coisa do Tenente da Coroa, cargo desempenhado pelo Sr. João Marcelino Gonçalves. Pode-se notar somente a singularidade de ser a

coroa levada por um tenente; mas, dadas as proporções limitadas do novo reino, não há que recusar. Há também um sacristão, que é alferes, o Sr. alferes Bueno, e... Não; isto pede um parágrafo especial.

Há também um (digo?) há também um Meirinho. O Sr. Neves da Cruz é o encarregado dessas funções citatórias e compulsivas, e provavelmente não é cargo honorífico; se o fosse, teria outro nome. Não; ele cita, ele penhora, ele captura os irmãos do Rosário. Assim, pois, esta irmandade tem um tesoureiro para recolher o dinheiro, um procurador para ir cobrá-lo e um meirinho para compelir os remissos. *Un capo d'opera.*

Agora, como é que se tratam uns aos outros esses dignitários? Não sei; mas presumo, pelo pouco que conheço da natureza humana, que eles não ficam a meio caminho da ficção. O Rei pode ter Majestade, e assim também a Rainha. E quando receberem os cumprimentos, adivinho que os receberão com certa complacência fina, certo ar digno e grande. Hão de chover os títulos — Vossa Majestade, Vossa Perfumaria, Vossa Mastreação... Em roda o povo de Guaratinguetá, e por cima a lua cochilando de fastio e sono.

## 24 de novembro

A *Folha Nova* afirma em seu número de ontem, na parte editorial, que os membros da polícia secreta, agora dissolvida, tinham o costume de gritar para se darem importância: Sou *polícia secreta!*

*Pour un comble, violá un comble.* Há de haver alguma razão, igualmente secreta, para um caso tão fora das previsões normais. Por mais que a parafuse, não acho nada, mas vou trabalhar e um dia destes, se Deus quiser, atinando com a coisa, dou com ela no prelo.

Porquanto (e esta é a parte sublime do meu raciocínio), porquanto eu não creio que fosse a idéia de darem-se importância que levasse os secretas a descobrirem-se.

Conheci esses modestos funcionários. Não eram só modestos, eram também lógicos.

Nenhum deles bradaria que era secreta, com a intenção vaidosa de aparecer; mas, dado mesmo que quisessem fazê-lo, era inútil porque *os petrópolis* que traziam na mão definiam melhor do que os mais grossos livros do universo. Eu pergunto aos homens de boa vontade, razão clara e coração sincero: — Quando a gente via, na esquina, três ou quatro sujeitos encostadinhos da Silva, com fuzis nos olhos, e *petrópolis* na mão, não sabia logo, não jurava que eram três ou quatro *secretas*?

Afinal achei a razão do fato que assombrou ao nosso colega e a nós. Peço ao leitor que espere primeiro as orelhas e faça convergir toda a atenção para o que vou dizer, que não é de compreensão fácil.

Os *secretas* compreenderam que a primeira condição de uma polícia secreta era ser secreta. Para isso era indispensável, não só que ninguém soubesse que eles eram *secretas*, como até que nem mesmo chegasse remotamente a suspeitá-lo. Como impedir a descoberta ou a desconfiança? De um modo simples: — gritando: Sou *secreta!* os *secretas* deixavam de ser *secretas*, e, sabendo o público que eles já não eram *secretas*, agora é que eles ficavam verdadeiramente *secretas*. Não sei se me entendem. Eu não entendi nada.

Mas, neste assunto, tudo o que se possa dizer não vale a pena, que se deu há

cinco ou seis anos, na Rua da Uruguaiana. Está nos jornais do tempo. Um grupo de homens do povo perseguia a um indivíduo, que acusavam de ter praticado um furto. Os perseguidores corriam, gritando: *É secreta! é secreta!* Perto da Rua do Ouvidor, conseguem apanhar o fugitivo, e aparece um urbano. Este chega, olha para o perseguido, e, com um tom de repreensão amiga: — Deixa disso, Gaudêncio!

Polícia secreta, que se divulga, ministros de uma república, que matam o presidente, eis aí dois fenômenos que comprovam aquele dito do Cardeal Antonelli: *il mondo casca*. Que diria o bom cardeal, se visse, como vi há dias, um frade dentro de um tílburí? É verdade que chovia, e que a chuva, quando cai, não poupa ninguém; pode ser mesmo que a coisa não encontre oposição nos cânones. Mas para mim a questão é de estética. Há em mim um resto de costela romântica, que não permite frade fora do mosteiro. Concedo-lhe que ande a pé, concedo-lhe um cavalo, uma cama, um refeitório; mas homem, tílburí!

## 16 de dezembro

Valentim Magalhães perdeu uma bela ocasião de não ficar zangado. As suas "Notas à Margem", de ontem, são uma das mais odiosas injustiças deste tempo, aliás tão farto delas.

Não tenho nada com os quatro bacharéis em direito que foram ao enterro de Teixeira de Freitas, nem com os que lá não foram. Entretanto, podia lembrar ao meu amigo Valentim Magalhães, que algum motivo poderoso, embora insignificante, pode ter causado a escassez de colegas no enterro; por exemplo, a falta de calças pretas.

Por mais poeta que seja, Valentim Magalhães tem obrigação (visto que está na imprensa) de compulsar os documentos oficiais e comerciais, os livros dos economistas, as tabelas de importação e exportação. Se o fizesse, saberia que todos os anos, desde fins de novembro até princípios de março, os países quentes exportam para a Groenlândia grande número de calças pretas. Nos países frios, a exportação verifica-se entre abril e agosto. Este fenômeno tem sido objeto de profundas cogitações. Laveleye (*Du Vêtement Humain*, pág. 79) afirma que o consumo imoderado de calças pretas entre os groenlandeses há de produzir imensa alteração nos hábitos europeus. Eis as próprias palavras do economista belga:

*Je crois même, avec de bons auteurs, que dans un siècle l'Europe ne portera plus que de pantalons gris, jaunes ou même bleus, car il est averé qu'avec nos moyens chimiques c'est impossible de teindre une telle quantité de pantalons noirs. Il faudra bien, ou changer nos habitudes, ou supprimer les groelandais.*

Leia Valentim Magalhães o *ornal dos Alfaiates* (tomo XVII, pág. 14) e achará que, nos últimos dez anos, a exportação de calças pretas da Europa e dos Estados Unidos para a Groenlândia atingiu a dez milhões de exemplares.

Essa pode ser a causa da escassez dos amigos e colegas. Essa foi também a causa da pouca gente que acompanhou Alencar ao último jazigo. Alencar morreu em dezembro. Também ele era jurisconsulto, e era romancista, orador e político. Não era só isto: era o chefe da nossa literatura. Poderemos crer que a pouca gente no enterro dele era uma expressão de indiferença? De nenhum modo.

Mas, em suma, nada tenho com os mortos. Vivam os vivos!

Os vivos são os que meu amigo Valentim designa pelo nome de medalhões. Em

primeiro lugar, há ainda um certo número de espíritos bons, fortes e esclarecidos que não merecem tal designação. Em segundo lugar, se os medalhões são numerosos, pergunto eu ao meu amigo: — Também eles não são filhos de Deus? Então, porque um homem é medíocre, não pode ter ambições e deve ser condenado a passar os seus dias na obscuridade?

Quer me parecer que a idéia do meu amigo é da mesma família da de Platão, Renan e Schopenhauer, uma forma aristocrática de governo, composto de homens superiores, espíritos cultos e elevados, e nós que fôssemos cavar a terra. Não! mil vezes não! A democracia não gastou o seu sangue na destruição de outras aristocracias, para acabar nas mãos de uma oligarquia ferrenha, mais insuportável que todas, porque os fidalgos de nascimento não sabiam fazer epigramas, e nós os medíocres e medalhões padeceríamos nas mãos dos Freitas e Alencares, para não falar dos vivos.

E, depois, onde é que o meu Valentim compra as suas balanças? Ignora ele que a felicidade humana e social depende da repartição eqüitativa dos ônus e das vantagens? Perante qual princípio é aceitável essa teoria, de dar tudo a uns e nada aos outros? Lástima que Teixeira de Freitas não tivesse uma cadeira de legislador. Mas, com todos os diabos! não se pode ao mesmo tempo votar as leis e consolidá-las. Que um as consolide, e tanto melhor, se a obra sair perfeita; mas que outros as façam; que o Sr. José Zózimo, que não consolidou nada, levante a voz no areópago da nação. Ele não paga imposto? Não está no gozo dos direitos civis e políticos? Que lhe falta, pois? Não inventa, é verdade; mas o meu amigo esquece que tudo ou quase tudo está inventado: — a pólvora, a imprensa, o telescópio.

Portanto, emende a sua filosofia social, e venha tomar chá comigo.

**1884**

**10 de janeiro**

Hão de ter paciência; mas, se cuidam que a bala hoje é de quem a assina, enganam-se. A bala é de um finado, e um velho finado, que é pior; é de Drummond, o diplomata. Se o leitor pode desviar os olhos das graves preocupações de momento, para algumas coisas do passado, venha ler dois ou três pedaços da memória inédita que a *Gazeta Literária* está publicando. A memória, realmente, trata de coisas antediluvianas, coisas de 1822; mas, em suma, 1822 existiu, como este ano de 1884 há de um dia ter existido; e se qualquer de nós fala de seu avô, que os outros não conheceram, falemos um pouco de Drummond, José Bonifácio, D. João VI e D. Pedro.

Diabo! Mas, pelos modos, não é uma bala de estalo, é uma bala de artilharia! Não, não; tudo o que há mais bala de estalo. Eu só extraio de *Memória* aquilo que o velho Drummond escreveu prevendo a *Gazeta de Notícias* e os autores desta nossa confeitaria diária. Não é que a *Memória* não seja toda curiosíssima de anedotas do tempo; mas os que se interessam por essas coisas, são naturalmente em pequeno número, e eu só amolarei a maioria dos meus semelhantes, quando não der por isso; de propósito, nunca.

Assim, por exemplo, creio que ao leitor de hoje importa pouco saber, se em 1817, dadas as denúncias contra os maçons, houve grandes patrulhas e tropas nos quartéis, só pare prender o maçom Luís Prates, que morava na Rua da Alfândega. Creio mesmo que não lhe interessa este juízo de Drummond acerca do oficial encarregado de prender aquele indivíduo: "era o Coronel Gordilho (diz o velho diplomata) que depois foi pelo merecimento da sua ignorância Marquês de

Jacarepaguá e senador pelo império." Entretanto, esta expressão — *merecimento da sua ignorância* — é de bala de estalo. Vamos, porém, a uma anedota desse mesmo ano de 1817, galantíssima, uma verdadeira bala de estalo, feita pelo rei D. João VI, que também tinha momentos de bom humor:

Entre os maçons que se denunciaram a si mesmos, refiro os nomes de dois, pelas cenas bufas que essas denúncias causaram. Foram o Marquês de Angeja e o Conde de Parati. O rei caiu estupefato das nuvens, e ainda lhe parecia impossível que dois camaristas seus, ambos estimados e um valido, fossem maçons! O Marquês de Angeja juntou aos protestos do seu arrependimento a oferta, que foi aceita, de toda a sua prata para as urgências do Estado. Foi logo expedido em comissão para Portugal, a fim de tomar o comando e conduzir ao Rio de Janeiro a divisão auxiliadora, que se mandava vir extraída do exército de Portugal. Quanto ao Conde de Parati, o negócio era mais sério. O rei era muito afeiçoado a este conde, que foi no Rio de Janeiro o seu primeiro valido e morava no paço. Nem os protestos de arrependimento, nem a oferta de sua prata, que a não tinha, porque se servia da que era da casa real, podiam inspirar inteira confiança a respeito de quem, em razão do seu ofício e das relações de amizade, devia continuar no serviço e no valimento de Sua Majestade. Em tão apuradas circunstâncias, o rei saiu pela tangente de um expediente assaz curioso. Disse ao conde, que, pare lhe não ficar nada do passado, de que se arrependia, era necessário que tomasse o hábito de irmão da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Foi um dia de festa no paço aquele em que o conde prestou juramento e foi recebido irmão da Ordem Terceira. O contentamento do rei não podia ser maior. O Conde de Parati, para fazer a vontade à Sua Majestade, andou no paço todo aquele dia com o hábito da Ordem; destinado a lavá-lo dos seus erros.

Na verdade, a cena é engraçada, e força é dizer que o absolutismo tinha coisas boas. O marquês, dando a prata para salvar a pele, está indicando ao nosso governo constitucional um recurso útil nas urgências do Estado. Mas o caso do conde é melhor. Esse maçom, obrigado a passear vestido de hábito de São Francisco, foi um belo achado do Rei. De certo modo, foi uma antecipação do conflito que mais tarde levou dois bispos aos tribunais, com a diferença que aquilo que o Conde de Parati só pôde fazer obrigado, foi justamente o que a maçonaria queria fazer por vontade própria: — andar de hábito. Não penso nisto que me não lembre do nome que em geral teve esse famoso conflito, um nome inventado para castigo dos meus pecados. Lembra-se o leitor? Questão episcopo-maçônica. Recite isto com certa ênfase: — questão episcopo-maçônica. Não lhe parece que vai andando aos solavancos numa caleça de molas velhas? Episcopo-maçônica.

Já transcrevi outros trechos, mas recuei. São interessantes, muito interessantes, mas não são alegres. São anedotas relativas todas à Independência, e nelas é que entram D. Pedro e José Bonifácio. Por consequência; o dito por não dito; não dou mais nada.

Contudo, sempre lhes direi, aqui, que ninguém nos ouve: o conselho de ministros no paço, as palavras de José Bonifácio ao Bregaro; a volta de D. Pedro depois de declarar a Independência; a gente que correu a São Cristóvão; a imperatriz, que, não tendo mais fitas verdes para fazer laços, fê-los com as do próprio travesseiro; D. Pedro, um rapaz de 24 anos, impetuoso e ardente; José Bonifácio, grave e forte, e, quando preciso, alegre; a gente que encheu à noite o teatro; as senhoras de laço verde ao peito; toda essa nossa aurora dá-me uma certa sensação profunda e saudosa, que não encontro... onde? no nariz do leitor, por exemplo.

## 26 de abril

Enfim! Os lobos dormem com os cordeiros, e as linguiças andam atrás dos cães. São as notícias mais frescas do dia.

Que os lobos dormem com os cordeiros, basta ver o anúncio que anda nas folhas, um anúncio extraordinário, pasmoso, um anúncio da Rua do Hospício. Vende-se ali, está ali à espera de algum amador que o queira comprar, não um chapéu ou um gato, não um jogo de cortinas, um armário, um livro, uma comenda que seja, mas um (custa dizê-lo!) mais um (ânimo!) mas um (palavra, só escrever o nome dá um arrepio pela espinha abaixo), mas um (vamos!) mas um tigre.

Sim, senhores, vende-se ali um tigre. O tigre, essa fera que os poetas arcádicos nunca deixaram de dizer que era da Hircânia, e ao qual comparavam os namorados, quando elas olhavam para outros; o tigre já não é um simples desenho dos livros infantis ou uma criatura empalhada do museu; o tigre vende-se na Rua do Hospício, como o chá preto e as cadeiras americanas.

Um pouco mais, e vamos ouvir discursar um camelo ou um jumento, ou damos a calçada a verdadeiros cavalos. Se isto não é a terra da promessa, façam-me o favor de dizer o que é.

Quanto aos cães perseguidos por lingüiças, vão ver se minto.

Morreu um homem, deixando em testamento alguns legados. Noutra tempo, os legatários nunca mais perdiam de olho o inventário, tinham procurador para lhes cuidar do negócio, farejavam o cartório, e passavam algumas noites em claro. Tudo mudou depois que os tigres se vendem na Rua do Hospício. Agora são os testamenteiros que andam atrás dos legatários. Um daqueles, desesperado de esperar por estes, fez um anúncio repleto de legítima impaciência, em que declara, decorrido algum tempo da publicação do testamento do Comendador Pacheco, que, estando o inventário a encerrar-se, pede aos interessados vão requerer o que for a bem do seu direito "sob pena de, julgadas as partilhas, irem haver do herdeiro da terça os seus legados."

*Ubinam gentium sumus?* Os legados atrás dos legatários! as lingüiças farejando os cães! Deus meu, bateu finalmente a hora da harmonia e do desinteresse? Vamos ver as comendas atrás das casacas, e elas a fugirem-lhes vexadas e desdenhosas? Os vencimentos em vez de os irmos nós buscar, irão ter com a gente? Os bens passarão a correr atrás dos frades?

## 15 de maio

Chegando anteontem, à noite, de Macacu, onde fui estudar as febres de 1845, fiquei surpreso com a notícia de ter o meu nome figurado em uma comissão que foi pedir a Lulu Sênior a reentrada do colega Décio. Jurei a todas as pessoas que era falso; mas mostraram-me o número da *Gazeta* em que Lulu Sênior narrava tudo, e com efeito vi o meu nome, e até palavras que me são atribuídas.

Parecendo-me a graça um tanto pesada, entendi que era caso de um desforço pelas armas, e incumbi dois amigos, o Dr. F. C., distinto médico, e um membro do Parlamento, de lhe irem pedir satisfação ou testemunhas.

Eram oito horas da manhã, quando os meus dois amigos treparam ao morro, e onze quando voltaram ambos com a alma aos pés. Imaginei a princípio que ele recusara o duelo; mas o Dr. F. C. tirou-me logo esta idéia, dizendo:

— Coisa pior, coisa pior.

— Que é então?

— Tenha ânimo; seja homem. O seu amigo...

— Que tem?

— Não se irrite contra ele. Tudo aquilo é um puro caso patológico. Estivemos seguramente duas horas juntos, e reconheci que ele está louco.

— Não me diga isto!

— Não digo louco varrido, formalmente louco; mas padece de alucinações, idéias delirantes; não está bom, não; e se não tiverem cuidado, pode acabar mal, muito mal. A história da comissão foi verdadeira, quero dizer, ele imaginou que tinha a comissão diante de si, conversou com as pessoas, ouviu as palavras e escreveu-as. Quando chegamos, ele supôs logo que éramos outra comissão, e que éramos cinco. Dirigiu-se a uma cadeira vazia pare-lhe dizer: — "Mas, V. Sa. como relator da comissão..." Em suma, padece do que chamamos em medicina comissomania ou mania das comissões. A prova é que o sondei logo, segundo nos ensinam os patologistas, e perguntei-lhe se iria hoje à igreja de São Francisco, à Rua Municipal, e ao paquete *Amazona*. Respondeu-me alegre que sim, que tinha que falar em São Francisco com o *comissário* da Ordem Terceira, na Rua Municipal com dois *comissários* de café, e no paquete com o respectivo *comissário*. — Vê? Sempre a mesma mania.

— Mas, então, perdido?...

— Não; ainda pode salvar-se. Essas alucinações e delírios, quando não tratados, podem chegar à demência total, e mesmo à idiotice e à imbecilidade, para a qual noto-lhe uma certa tendência. Urge não perder tempo.

— Mas, doutor, é impossível, ele raciocina perfeitamente.

— Que tem isso? Há mil, há cem mil pessoas no universo, que raciocinam perfeitamente, e, entretanto, padecem de uma dessas alucinações ou delírios. Conheço um alferes que está persuadido de ser major. Um deputado da legislatura de 1864 imaginava que o Imperador lhe oferecia todas as manhãs a pasta dos negócios estrangeiros. Contou-me mais de uma vez como se passavam as coisas. O Imperador entrava (era na casa de D. Maria, Rua da Ajuda), ia ao quarto dele, com a pasta na mão, e dizia-lhe: "Romualdo, tu por que é que não hás de ser ministro?" Pois bem; este deputado proferiu muitos dos melhores discursos parlamentares de 1864 e 1865. Você não tem lido nos jornais notícias de comissões que vão oferecer isto ou aquilo, um retrato, uma venera, etc., a pessoas completamente obscuras ou insignificantes?

— Tenho; leio muitas vezes.

— Pois saiba que não há tal. São casos de comissomania. Essas pessoas vêem, sinceramente, por alucinação, uma comissão diante de si, oferecendo-lhes alguma coisa — venera ou retrato, ouvem os discursos, agradecem, convidam para um copo d'água, e crêem que dançam, e que as danças se prolongam até à madrugada. São casos puramente patológicos. Não há neles a menor sombra de comissão, ao menos no estado agudo da moléstia, porque é observação feita que, quando a cura começa a operar-se, o doente ilude-se a si mesmo, arranjando uma comissão de verdade, que vai deveras à casa dele com a venera, que ele mesmo comprou, e lhe fazem discursos, comem realmente, e as danças prolongam-se até de manhã...

— Pobre Lulu Sênior! Que faremos então?

— Sujeitá-lo a um regime rigoroso. Eu creio que os excessos da mesa, os comes e bebes, é que o têm perdido. O ilustre Maudsley vem em apoio da minha opinião, no seu magnífico livro: "Se os homens (diz ele) quisessem viver com sobriedade e



castidade, diminuiria logo o número dos loucos, e mais ainda na geração seguinte". E ele aconselha aos homens uma coisa a que chama *self-restraint*, restringir-se, abster-se. Entende-me?

— Perfeitamente.

— Ora bem; é o que convém aplicar ao seu amigo. Nada de finos pratos, nem borgonha, nem champanha; dêem-lhe durante seis meses bacalhau de porta de venda e vinho de Lisboa fabricado no Rio de Janeiro; podem mesmo aumentar no vinho a dose tóxica, com um ou dois decigramas de pau-campeche por litro, ou meio decigrama de estriçnina: é a mesma coisa.

#### 4 de agosto

Agora que vamos ter eleição nova, lembraram-se alguns amigos que eu bem podia ser deputado. Tanto me quebraram a cabeça, que afinal consenti em correr às urnas. Resta só a profissão de fé, que é o ponto melindroso.

Eu podia, à semelhança de um candidato inglês, em 1869, fazer este pequenino *speech*: "Quero a liberdade política, e por isso sou liberal; mas para ter a liberdade política é preciso conservar a constituição, e por isso sou conservador". Mas, além de copiá-lo, se apresentasse um tal programa (o que não fica bem), não sei se essas poucas linhas, que parecem um paradoxo, não são antes (comparadas com as nossas coisas) um *truísmo*.

Porquanto:

Há muitos anos, em 1868, quando Lulu Sênior andava ainda no colégio, e, se fazia gazetas, não as vendia e menos ainda as publicava, nesse ano, e no mês de dezembro, fui uma vez à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, vulgarmente salinha. Orava então o Deputado Magalhães Castro. Nesse discurso, essencialmente político e teórico, o digno representante ia dizendo o que era e o que não era, o que queria e o que não queria.

Ao pé dele, ou defronte, não me lembro bem, ficava o deputado Monteiro da Luz, conservador, e o deputado Herédia, liberal, que ouviam e comentavam as palavras do orador. Eles o aprovavam em tudo; e, no fim, quando o Sr. Magalhães Castro, recapitulando o que dissera, perguntou com o ar próprio de um homem que sabe e define o que quer, eis o diálogo final (consta dos jornais do tempo):

O SR. MAGALHÃES CASTRO: — Agora pergunto: quem tem estes desejos o que é? o que pode ser?

O SR. MONTEIRO DA LUZ: — É conservador.

O SR. HERÉDIA: — É liberal.

O SR. MONTEIRO DA LUZ: — Estou satisfeito.

O SR. HERÉDIA: — Estou também satisfeito.

Portanto, basta que eu exponha as teorias para que ambos os partidos votem em mim, uma vez que evite dizer se sou conservador ou liberal. O nome é que divide.

Resta, porém, a questão do momento, o projeto do governo, a liberdade dos 60 anos, com ou sem indenização, ou o projeto do Sr. Felício dos Santos, que também é um sistema, ou o do Sr. Figueira, que não é um nem outro. Sobre este ponto confesso que estive sem saber como explicar-me, até que li a circular de um

distinto deputado, candidato a um lugar de senador. Nesse documento que corre impresso, exprimia-se assim o autor: "Quanto à questão servil, já expendi o meu modo de pensar em dois folhetos que publiquei, um sobre a baixa do açúcar, outro sobre colonização".

Desde que li isto vi que tinha achado a solução necessária ao esclarecimento dos leitores. Com efeito, é impossível que eu não tenha publicado algum dia, em alguma parte, um outro folheto sobre qualquer matéria mais ou menos correlata com os atuais projetos. Na pior das hipóteses, isto é, se não tiver publicado nada, então é que estou com a votação unânime. A razão é que devemos contar em tudo com a presunção dos homens. Cada leitor quererá fazer crer ao vizinho que conhece todos os meus folhetos, e daí um piscar de olhos inteligente e os votos.

Eu, pelo menos, é o que vou fazer. De tanta gente que andou pelas ruas, no centenário de Camões, podemos crer que uns dois quintos não leram *Os Lusíadas*, e não eram dos menos fervorosos. O mesmo me vai acontecer com o Sr. Peixoto. Vou dizer a toda a gente que li e reli os dois folhetos do Sr. Peixoto, tanto o do açúcar como o da colonização; acreditarei que são *in 8º*, com 80 ou 100 páginas, talvez 120, bom papel, estatísticas e notas. Interrogado sobre o valor comparativo de ambos, responderei que prefiro o do açúcar por um motivo patriótico, visto que o açúcar é um produto do país e a colonização vem de fora; mas direi também que o da colonização tem idéias muito práticas e aceitáveis.

Podia também citar a Câmara anterior, que com infinita serenidade votou pela reforma eleitoral constitucional, e depois pela mesma reforma extraconstitucional; mas não adoto esse alvitre, um dos mais singulares que conheço, para não ser acusado injustamente de mudar a opinião ao sabor dos ministros. Prefiro entrar sem programa, e eis aqui o meu plano consubstanciado nesta anedota de 1840:

Era uma vez um sujeito que aparecia em todos os casamentos. Em sabendo de algum vestia-se de ponto em branco e ia para a igreja. Depois acompanhava os noivos à casa, assistia ao jantar ou ao baile. Os parentes e amigos da noiva cuidavam que ele era um convidado da noiva, e, vice-versa, cuidavam que era pessoa do noivo. À sombra do equívoco ia ele a todas as festas matrimoniais.

Um dia, ao jantar, disse-lhe um vizinho:

— V. Sa. é parente do lado do noivo ou do lado da noiva?

— Sou do lado da porta, respondeu ele, indo buscar o chapéu.

Levava o jantar no bucho.

## 23 de agosto

Anda nos jornais, e já subiu às mãos do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma representação do Clube ou Centro dos Molhadistas contra os falsificadores de vinhos. Trata-se de alguns membros da classe que, a pretexto de depósito de vinhos, têm nos fundos da casa nada menos que uma fábrica de falsificações. Segundo a representação, os progressos da química permitem obter as composições mais ilusórias, com dano da saúde pública.

Ou me engano, ou isto quer dizer que se trata de impedir a divulgação de certa ordem de produtos, a pretexto de que eles fazem mal à gente. Não digo que façam bem; mas não vamos cair de um excesso em outro.

Os homens reunidos em sociedade (relevem-me este tom meio pedante) estão virtual e tacitamente obrigados a obedecer às leis formuladas por eles mesmos

para a conveniência comum. Há, porém, leis que eles não impuseram, que acharam feitas, que precederam as sociedades, e que se hão de cumprir, não por uma determinação de jurisprudência humana, mas por uma necessidade divina e eterna. Entre essas, e antes de todas figura a da luta pela vida, que um amigo meu nunca diz senão em inglês: *struggle for life*.

Se a luta pela vida é uma lei verdadeira e só um louco poderá negá-lo, como há de lutar um molhadista em terra de molhadistas? Sim, se este nosso Rio de Janeiro tivesse apenas uns vinte molhadistas, é claro que venderiam os mais puros vinhos do mundo, — e por bom preço, — o que faria enriquecer depressa, pois não os havendo mais baratos, iriam todos comprá-los a eles mesmos.

Eles, porém, são numerosos, são quase inumeráveis, e têm grandes encargos sobre si; pagam aluguéis de casa, caixeiros, impostos, pagam muita vez o pato, e hão de pagar no outro mundo os pecados que cometerem neste, e tudo isso lutando, não contra cem, mas contra milhares de rivais. Pergunto: o que é que lhes fica a um canto da gaveta? Não iremos ao ponto de exigir que eles abram um armazém só para o fim de perder. O mais que poderíamos querer é que não o abrissem; mas uma vez aberto, entram na pura fisiologia universal; e tanto melhor se a química os ajuda.

Também matar é um crime. Mas as leis sociais admitem casos em que é ilícito matar, defendendo-se um homem a si próprio. Bem; o molhadista do n.º 40, que falsifica hoje umas vinte pipas de vinho, que outra coisa faz senão defender-se a si mesmo, contra o molhadista do n.º 34 que falsificou ontem dezessete? *Struggle for life*, como diz o meu amigo.

Depois, façamos um pouco de filosofia Pangloss, penetremos nas intenções da Providência. Se com drogas químicas se pode chegar a uma aparência de vinho, não parece que este resultado é legítimo, lógico e natural? Acaso a natureza é uma escola de crimes? E dado mesmo que um tal vinho seja danoso à saúde pública, não pode acontecer que seja útil à virtude pública, levando os homens a abster-se? E, porventura, a virtude merece menos que a saúde? Não são ambas a mesma coisa, com a diferença que a virtude é ainda superior? Não entrará tudo isso nos cálculos do Céu?

\* \* \*

Eu bem sei que era melhor não vender nada, nem vinho puro, nem vinho falsificado, e viver somente daquele produto a que se refere o meu amigo Barão de Capanema, no *Diário do Brasil* de hoje: "Alguns milhões de homens livres no Brasil (escreve ele) vivem do produto da pindaíba..." Realmente eu conheço um certo número que não vive de outra coisa. E quando o escritor acrescenta: "...pindaíba do tatu que arrancam do buraco..." penso que alude a alguns níqueis de mil-réis que têm saído da algibeira de todos nós.

Era melhor; mas isto mesmo pode dar lugar a falsificações. Nem todas as pindaibas são legítimas. E a própria química finge algumas, por meio das lágrimas que são, em tais casos, química verdadeira.

\* \* \*

Talvez por isso tudo, é que um cavalheiro, que não sei quem seja, mas que mora na Travessa do Maia, lembrou-se de fazer este anúncio: "Brasão de armas, composição de cartas da nobreza, árvore genealógica, todo e qualquer trabalho heráldico, em pergaminho, pintura em aquarela e dourados, letras góticas, trata-se na travessa — etc."

Esse cidadão não viverá na pindaíba, nem lhe dirão que faz vinho nos fundos da fábrica. Não faz vinho, faz história, faz gerações, à escolha, latinas ou góticas. E

não se pense que é ofício de pouca renda. Na mesma case convidam-se as senhoras que se dedicam à arte de pintura e quiseram trabalhar. Se ainda acharem que há aí muita química, cito-lhes física, cito-lhes um "grande cartomante" (*sic*) da Rua da Imperatriz, que dá consultas das 7 às 9 da manhã. Física, e boa física.

Que querem? é preciso comer. Cartomancia, heráldica, pindaíba de tatu, ou vinhos confeccionados no fundo do armazém, tudo isso vem a dar na lei de Darwin.

## 29 de outubro

Já tínhamos Lafaiete, ministro de Estado e presidente do Conselho, citando Molière na Câmara. Não é tudo. Para citá-lo bastam florilégios e o incomensurável Larousse, nelas o nosso ex-ministro leva o desplante ao ponto de o ler e reler. Felizmente, a indignação parlamentar e pública lavou a Câmara e o país de tão grande mancha, e podemos esperar com tranqüilidade o juízo da história.

Agora temos Taunay, em vésperas de eleição, cuidando das músicas do Padre José Maurício, e citando (custa-me dizê-lo), citando Haydn e Mozart.

Não ignoro que tudo isto de Taunay e Lafaiete, afinal de contas, são francesias de nomes e de cabeças. Ouviram dizer que em França alguns deputados lêem os clássicos, e imaginaram transportar o uso para aqui.

Não advertiram que nem todas as coisas de um país podem aclimar-se em outro. Não concluamos da pomada Lubin para o *Misanthropo*. São coisas diferentes. Paul-Louis-Courrier, tão conhecido dos nossos homens, compondo na cadeia um opúsculo político, interrompia o trabalho para escrever à mulher que lhe mandasse uma certa frase de Beaumarchais. Segue-se daí que devemos todos ler Beaumarchais? Pelo amor de Deus!

O caso de Taunay é mais grave. Lafaiete conspircou, é verdade, a tribuna parlamentar com um pobre-diabo que, posto viva há dois séculos na memória dos homens, era, todavia, um saltimbanco ou pouco mais. Taunay levanta os braços no Céu, consternado, porque as obras musicais do Padre José Maurício andam truncadas, perdidas ou quase perdidas.

A melhor explicação que se pode dar de um tal destempero, é que o estado mental de Taunay não é bom; mas, se não é assim, não sei como qualifique esta preocupação do meu amigo.

Reparem bem que Taunay embarca para a província de Santa Catarina, onde vai pedir que lhe dêem votos para deputado. Nesse momento solene, em que o mais medíocre espírito gemeria pela queda de alguns delegados ou majores, Taunay lastima a perda de alguns responsórios de José Maurício.

Responsórios! Mas é de suspensórios que tu precisas, Taunay, tu precisas de suspensórios eleitorais que te levantem e segurem as calças legislativas. Deixa lá os responsórios do padre. Estão perdidos? paciência; perde-se muita coisa por esse mundo. Eu hoje, ao ler-te perdia tramontana, e tu, se vais nesse andar, perdes a eleição.

Já tinhas a enxaqueca literária e as belas páginas de *Inocência*, e como se isso não bastasse, pões cá para fora a tua sabença musical. Taunay, Taunay, amigo Taunay, deixa as coisas de arte onde elas estão, achadas ou perdidas; muda de fraseologia, atira-te aos *cachorros*, *paulas*, *leões*, todo esse vocabulário, que só aparentemente dá ares de aldeia, mas encerra grandes e profundas idéias. Já

estudaste o coronel? Estuda o coronel, Taunay. Estuda também o major, e não os estuda só, ama-os, cultiva-os. Que és tu mesmo, senão um major, forrado de um artista? Descose o forro, *et ambula*.

Sim, Taunay, fica prático e local. Nada de responsórios, nem romances e estás no trinque, voltas eleito e podes então, à vontade, dançar cinco ou seis polcas por mês. Também é música, e não é de padre.

### 3 de novembro

O Sr. Dr. Castro Lopes deseja juntar aos seus louros de latinista eminente os de legislador. Apresenta-se candidato pelo 1º distrito, com uma circular em que promete aplicar todos os esforços em prover de remédio as finanças do país.

Tendo-as estudado desde longos anos, o recente candidato formulou alguns projetos, que apresentará na Câmara, tendentes principalmente “a aliviar a nação da sua dívida interna e externa, sem o mínimo gravame nem do povo nem do tesouro”. Povo e tesouro para os efeitos puramente pecuniários pode dizer-se que são a mesma coisa; mas o importante é que a medida, qualquer que seja, é nada menos que a salvação do Estado.

Vede, porém, como uma idéia se liga a outra. A circular recordou-me um drama, que escrevi há muitos anos (vinte e três, não digam nada), obra incorreta e fraca, mas que ainda assim conservei comigo até 1878, ano em que mudei de casa e queimei vários manuscritos.

Chamava-se *Triptolemo XVII* ou *O Talismã*. Tratava também de um Estado oberado de grandes dívidas. Triptolemo quer casar a filha, a princesa Miosótis, com o príncipe Falcão, e não acha quem lhe empreste dinheiro para as bodas. Oferece altos juros, hipotecas, comissões gordas, e nada, ninguém acode. Ao contrário, os credores reúnem-se, amotinam-se e correm ao paço, que fica cercado por eles, pedindo cem altos brados que lhes mandem dar tudo, capital e juros.

Os ministros sucedem-se com uma rapidez vertiginosa. Duram sete a oito minutos; não achando meio de pagar a dívida pública, são enforcados logo. O último nomeado está com a pasta desde as nove e cinco; Triptolemo vem dizer-lhe que só faltam oito para salvar o Estado ou morrer e retira-se.

Nisto aparece um respeitável ancião que declara possuir um segredo para salvar tudo, o Estado e a vida do ministro. Este manda-o embora, abre a janela e contempla a forca.

— Daqui a dez minutos serei cadáver, murmura ele.

— Não! brada uma voz.

Era uma fada, a fada Argentina, — que, enamorada da beleza do ministro, vem oferecer-lhe um talismã, ensinando-lhe que, sempre que bater com ele no ombro de Triptolemo, as algibeiras deste regurgitarão de ouro. O ministro recusa crer; mas a fada pede-lhe que vá verificá-lo e desaparece.

Nove horas e onze minutos. Entra Triptolemo; fora ouvem-se os berros dos credores, o paço está prestes a ser assaltado. Então o ministro pede licença a Triptolemo, bate-lhe no ombro, e as algibeiras régias começam a entornar moedas de ouro. Estupefação do rei e do ministro. Outro toque, outra emissão, e as moedas correm, descem, amontoam-se. São ducados, libras, florins, liras, duros, rublos, *thalers*, é tudo, são milhões, vinte milhões, duzentos milhões, quinhentos

milhões. Triptolemo paga aos credores juros e capital, casa a filha e o talismã é guardado nas arcas do Estado como um recurso para os lances difíceis.

No fim, aparece outra vez o ancião respeitável e confessa em público e raso que o seu meio, posto que eficaz, era muito mais lento.

— Consistia, concluiu ele, na aplicação desta regra de Franklin: "Se te disserem que podes enriquecer por outro modo, que não seja o trabalho e a economia, não acredites". Eu aplicava a regra ao pagamento das dívidas, que é um modo de enriquecer. Paga o que deves, vê o que te fica. Mas, reconheço que era levar muito tempo, e...

Já se compreende que a circular me lembrasse o drama. O único ponto obscuro para mim é se o remédio da circular é o talismã ou a regra de Franklin.

1885

## 26 de janeiro

Há pessoas que não sabem, ou não se lembram de raspar a casca do riso para ver o que há dentro. Daí a acusação que me fazia ultimamente um amigo, a propósito de alguns destes artigos, em que a frase sai assim um pouco mais alegre. Você ri de tudo, dizia-me ele. E eu respondi que sim, que ria de tudo, como o famoso barbeiro da comédia, *de peur d'être obligé d'en pleurer*. Mas tão depressa lhe dei essa resposta como recebi das mãos do destino um acontecimento deplorável, que me obriga a ser sério, na casca e no miolo.

Nem há outro modo de apreciar o ato praticado pela polícia, ontem, pouco antes das dez horas da manhã, nas duas casas em que estão expostos alguns ossos de defunto.

Apareceu em ambas um agente policial, acompanhado de dois urbanos, e polidamente pediu aos donos que retirassem os ossos da vitrina. Responderam-lhe naturalmente que não podiam fazê-lo, desde que ali foram levados por outras pessoas, mas que iam entender-se com elas. O agente, porém, que levava o plano feito, declarou que não trazia ordem de esperar e insistiu em que os ossos fossem retirados imediatamente.

Antes de obedecer, perguntaram-lhe, em ambas as casas, se havia lei que proibisse a exposição dos ossos de gente morta. Na primeira, apanhado de supetão, deu uma resposta que lhe servia também para a outra, disse que, efetivamente, não havia lei especial, mas que a lei era feita para as hipóteses possíveis, não para absurdos. Reconhecia as intenções puras de todos e não entrava nem podia entrar na controvérsia dos úmeros; mas, como agente da autoridade, não podia consentir em tal profanação.

Em uma das casas, um rapazinho, freguês adventício, como tinha algumas lambujens da química dos ossos, lembrou-se de dizer que não havia tal profanação: tratava-se de um punhado disto e daquilo. Mas para a polícia não há química, não há nada. Resolvida a ir adiante, pediu segunda vez a retirada dos ossos. Em ambas as casas, ainda lhe disseram que, aparentando respeitar os mortos, a polícia diminuía-os, desde que punha os respectivos ossos abaixo de um estandarte de carnaval: pode expor-se um emblema de folia, uma vitela de duas cabeças, um ananás monstro, e não se há de expor dois ou três úmeros, quatro que sejam?

Mas estava escrito. A polícia trazia o plano de, sem lei nem nada, exceto uma

razão de conveniência e decoro, fazer retirar dali os ossos, e conseguiu-o. Meteu-os em duas urnas, trazidas pelos urbanos, e remeteu-os para a Faculdade de Medicina. Em tudo isso, não há dúvida que se portou com muito tato e polidez; mas nem por isso os homens sérios deixaram de ficar acabrunhados, ao ver essa limitação da liberdade.

Eu, além desta razão última, fiquei aborrecido, porque tinha mandado dizer a umas primas de Itaboraí que viessem ver os ossos do Malta e os do outro que pelo nome não perca: elas chegam amanhã e não acham nada; e, pobres como são, terão de fazer maior despesa do que contavam. Costumam, efetivamente, todos os anos, vir à Corte pelo carnaval, mas desta vez adiantaram a viagem para ver as duas coisas — os úmeros e os máscaras — e só lhe ficaram os máscaras. Não é pouco, mas não é tudo.

Enfim, está acabado. Concluo dizendo à autoridade que é um erro abusar do poder; as liberdades vingam-se, e a liberdade de expor não é a menos vivaz e rancorosa. Hoje tiram-nos o direito de expor um par de canelas; amanhã arrancam-nos o de expor as nossas queixas. Não vejam nisso um trocadilho: premissa traz consequência. Liberdade morta, liberdade moribunda.

### 30 de janeiro

Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. Não acredita? Já esperava por isso; mas a minha vingança é que você tão depressa lhe puser o olho, põe-lhe a mão, e manda engastá-la em um botão de camisa, se não for casado, porque ela é tamanha, que está pedindo um colo de senhora.

Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal. Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros, mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as pérolas.

Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra; agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro, que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser cumprida *literalmente*.

*Je suis déjà charmé de ce petit morceau.*

Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que agora é serio. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água é um delito, encresco as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro, e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é serio. Não de cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar a multa, sofrerá "dois a oito dias de prisão"; sendo escravo, porém, sofrerá "dois a oito dias de cadeia". Como encaminhar literalmente esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal, não saberia que fazer.

Um grande romano recomendava, para os casos de dúvida, abstenção. Há de ser provavelmente a prática dos urbanos. Não sabendo distinguir entre as duas penas,

mandarão os infratores para suas casas.

Mas também pode ser que eles prefiram as máximas cristãs aos preceitos pagãos, e, em tal caso, lembrados de que a letra mata e o espírito vivifica, traduzirão o *literalmente* do edital por esta frase: trabalhe o refle. Se a letra mata, não há nada mais literal que o refle.

Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes? Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente, implacavelmente, terrivelmente*, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga minha, — ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo, a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água, amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do Ouvidor. Premissa traz consequência; liberdade morta, liberdade moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

## 17 de fevereiro

Não acabo de entender por que motivo as folhas de hoje, unanimemente, noticiam que o entrudo este ano foi menor que nos anteriores, quando a verdade é que não houve entrudo nenhum, nem muito, nem pouco. Não se chamará entrudo ao único limão que se atirou na cidade, e foi obra de um homem que chegou na véspera e não tinha lido as ordens proibitivas da polícia e da Câmara Municipal. Assim o disse ele ao subdelegado, pagando a multa em dobro, e declarando (por um nobre sentimento de filantropia) que o excesso da multa legal fosse aplicado ao fundo de emancipação. O subdelegado apertou-lhe as mãos com efusão e dignidade. Eu teria feito a mesma coisa.

— O seu ato, disse-lhe ele, desfaz a má impressão que causou à polícia e à edilidade esta única contravenção a ordens, não somente legais e justas, mas até reclamadas por toda a gente. Compreende que a autoridade não se exporia a fazer correr editais para não serem cumpridos; era como se pusesse um rabo de papel em si mesma. Neste caso, antes calar que falar. Compreende também que seria perigoso acostumar a multidão ao desrespeito da lei e da autoridade. A multidão tem a mesma lógica das crianças, e diria que, se se pode deixar de cumprir uma prescrição policial, nas próprias barbas da polícia, também se pode fazer a mesma coisa às outras leis. Veja, entretanto, que edificante espetáculo apresenta a nossa cidade. Os próprios fabricantes de limões-de-cheiro têm ido entregá-los à polícia. Nem aquele afago clássico, e ao mesmo tempo tão filosófico, de esmagar um ou dois limões no pescoço das namoradas, nem esse mesmo se praticou, tão profundo é o sentimento da legalidade manifestado nesta ocasião.

O delinqüente respondeu com palavras igualmente elevadas e cabidas, a que o subdelegado replicou com outras da mesma feição, e acabaram almoçando juntos.

E se essa foi a contravenção única, aqui vai agora um admirável exemplo de



estrita obediência às ordens policiais.

Sabe-se que nestes três dias, das quatro horas da tarde em diante, não passa carro sem pessoa mascarada, nas ruas da Quitanda, Ourives, Gonçalves Dias e Uruguaiana, na parte compreendida entre as do Rosário e Sete de Setembro. Mora na primeira daquelas ruas um compadre meu, negociante de massames e aparelhos náuticos (*Ship-Chandler*), com armazém na Rua da Saúde. Em outubro último, foi acometido de uma frouxidão de nervos, que o não permite andar a pé. Comprou um carro, em que sai de casa para o armazém, às oito horas da manhã, e que o traz do armazém para casa — às 5 da tarde.

Diante da ordem policial, achou-se o meu compadre um tanto perplexo, por lhe parecer que as qualidades e disposições do carro não ficavam alteradas pelo fato de trazer a pessoa que vai dentro um pedaço de papelão na cara ou no bolso. Releu a ordem a ver se ficavam executados os moradores daquelas ruas, mas não achou nada. Nesse conflito entre o dever e as circunstâncias, não quis recorrer à minha casa, onde ele sabe que terá sempre cama e um lugar à mesa. Não, senhor; mandou comprar uma máscara. Às cinco horas sai da Rua da Saúde sem máscara; chega à esquina da Rua do Rosário, manda parar o carro, põe a máscara, o carro continua a andar, e chega à porta da casa sem inconveniente.

Chamem-me o que quiserem; declaro que acho isto um bonito procedimento. Com pequena despesa (pois não há necessidade de máscara rica para andar algumas braças de rua), submete-se um homem à regra comum, sem grave alteração dos hábitos. Note-se que a máscara, apesar de barata, não é feia. Quem quiser vê-la ainda hoje vá postar-se na Rua da Quitanda, esquina da do Rosário. Às cinco horas e dez ou cinco e quinze minutos, verá parar um carro, e observará o resto. Nestes dois dias tem sido o recreio da vizinhança.

## 8 de março

Há um falar e dois entenderes, costuma dizer o povo, e não diz tudo, porque a verdade é que há um falar e dois, cinco ou mais entenderes, segundo os casos. Contemplamos, por exemplo, a companhia de Carris Urbanos.

A última assembléia geral dos acionistas desta companhia adotou duas propostas: uma para reconstruir o capital por meio de medidas que se vão descobrir e estudar, e outra para distribuir provisoriamente os dividendos de trimestre em trimestre. Na vida comum, estas duas propostas pareceriam excluir-se. Eu, quando tenho que reconstruir a algibeira, não dou aos amigos mais que um aperto de mão. Nenhum me pilha charuto. Nas associações o caso é diferente.

Em primeiro lugar o dividendo trimestral é o mesmo que o semestral ou anual; dá-se em quatro partes em vez de se dar em duas. Só aumenta a escrituração e o trabalho.

Em segundo lugar, o sistema que consistisse em pegar dos dividendos e reconstruir com ele o capital, suspendendo a entrega aos acionistas por algum tempo, seria ridiculamente empírico e singularmente odioso, além de valer tanto como uma pinga d'água. Empírico, porque é assim que fazem os autores de quadrinhas, modinhas e outras obrinhas miudinhas: estando cansados de compor, vão primeiro refazer o intelecto, por quê? Eis o que eles não sabem. Odioso, porque quando o acionista estava em casa, ruminando a morte da bezerra, as pessoas que o foram buscar, não lhe disseram que os capitais são sujeitos a emagrecer no verão; ao contrário, em geral os capitais, mormente os capitais em preparo, são de uma gordura que faz pena.

Aí está porque as duas medidas, que na vida comum não chegariam a ir juntas,

estão ali perfeitamente votadas, principalmente a segunda, que é a que me interessa; é a única que vale a pena.

O mesmo digo à companhia de São Cristóvão, que anda discutindo na imprensa quem hão de ser os seus diretores; e discutindo a soco, a pontapé, a bolacha, quando a coisa para mim está resolvida por si mesma: é a do personagem de Molière.

*Le véritable Amphytrion,  
c'est l'Amphytrion où l'on dîne.*

Tudo isto é claro e claríssimo, para quem se der ao trabalho de ver se as coisas correspondem todas ao nome que têm. As questões devem ser examinadas. As idéias devem começar por ser entendidas. Não sou eu que o digo; di-lo um dos ornamentos do nosso clero, Monsenhor Calino, que ainda ontem me fazia esta reflexão:

— Você repare que cada coisa tem o seu nome; mas o mesmo nome pode não corresponder a coisas ou pessoas semelhantes. Quiosque, por exemplo. Lá fora o quiosque é ocupado por uma mulher que vende jornais. Cá dentro é o lugar onde um cavalheiro vende bilhetes de loteria e cigarrinhos de palha nacional. Nome idêntico, coisas diversas, lei de aclimação.

## 8 de março

A arte de dizer as coisas sem parecer dizê-las é tão preciosa e rara, que não resisto ao desejo de recomendar dois modelos recentes.

Um deles é até um decreto. Com o especioso pretexto de reformar o regulamento de 12 de maio de 1883, o Sr. Conselheiro De Lamare expediu uma verdadeira advertência à oposição da Câmara, para o caso de que esta queira dar batalha ao Ministério. Não recusa a batalha (*abalroação*, na terminologia do documento), mas não quer ser apanhado de surpresa. Daí as multiplicadas recomendações aos barcos de boca aberta, ou embarcações de pescaria, tanto os que pescam de rede, como os de linha ou de arrastão, para que tragam luzes de duas ou mais cores, a fim de serem vistos de todos os pontos do horizonte. Horizonte é um sinônimo.

O segundo modelo desta arte de escrever é o programa da Associação Instrutiva e Beneficente.

Esta associação, que vai inaugurar os seus trabalhos no dia 25 do corrente, dá médico e botica aos sócios, cem mil-réis para o enterro, e quinhentos mil-réis como legado aos substitutos instituídos pelo sócio morto. Conta seis médicos, quatro alopatas e dois homeopatas, e duas farmácias. Um dos farmacêuticos é membro do conselho. Quanto às obrigações, são, por enquanto, a entrada mensal de 4\$180; em breve, porém, só se admitirão sócios que entrem com 100\$000 de jóia.

*On ne parle ici que de ma mort* — exclama certo personagem de comédia. Não se pode dizer outra coisa deste prospecto, em que a gente sai do médico para a botica, e da botica para o médico. E a parte instrutiva? A parte instrutiva cá está: — “A associação, por sua administração, tendo tido imensos pedidos para que quanto antes dê começo aos seus trabalhos, mas sendo o seu intuito nunca prejudicar os associados, resolveu, por ora, suspender o benefício da instrução primária, contido em estatutos, para pô-lo em vigor em época mais favorável; bem como que irá contratando outros farmacêuticos...”

Bem; adieemos a instrução primária para tempos melhores. Não nos falta tudo;

temos as farmácias, que é a parte beneficente.

O pior é que a associação ainda não começou os seus trabalhos, e já pesa sobre ela a mão da fatalidade, trazendo uma lacuna, ainda que passageira, à diretoria. Adeoceu uma pessoa da família do tesoureiro, e este teve de retirar-se para o interior, donde oxalá que volte, antes mesmo que a instrução principie. Tudo, porém, se recompôs ficando a tesouraria interinamente confiada a um dos farmacêuticos, que já era membro do conselho. Creio haver dito que vão ser contratados outros farmacêuticos, e conseqüentemente outras farmácias, tanto alopáticas como homeopáticas... Mas, com os diabos! *On ne parle ici que de ma mort!*

### 14 de março

Trago aqui no bolso um remédio contra os capoeiras. Nem tenho dúvida em dizer que é muito superior ao célebre Xarope do Bosque, que fez curas admiráveis e até milagrosas, até princípios de 1856, decaindo em seguida, como todas as coisas deste mundo. A minha droga pode dizer-se que tem em si o sinal da imortalidade.

Agora, principalmente, que a guarda urbana foi dissolvida, entregando ontem os reflexos, receiam alguns que haja uma explosão de capoeiragem (só para os moer), enquanto que outros crêem que a substituição da guarda é bastante para fazer recuar os maus e tranqüilizar os bons. Não de perdoar-me: eu estou antes com o receio do que com a esperança, não tanto porque acredite na explosão referida, como porque desejo vender a minha droga. Pode ser que haja nesta confissão uma ou duas gramas de cinismo; mas o cinismo, que é a sinceridade dos patifes, pode contaminar uma consciência reta, pura e elevada, do mesmo modo que o bicho pode roer os mais sublimes livros do mundo.

Vamos, porém, à droga, e comecemos por dizer que estou em desacordo com todos os meus contemporâneos, relativamente ao motivo que leva o capoeira a plantar facadas nas nossas barrigas. Diz-se que é o gosto de fazer mal, de mostrar agilidade e valor, opinião unânime e respeitada como um dogma. Ninguém vê que é simplesmente absurda.

Com efeito, não duvido que um ou outro, excepcionalmente, nutra essa perversão de entranhas; mas a natureza humana não comporta a extensão de tais sentimentos. Não é crível que tamanho número de pessoas se divirtam em rasgar o ventre alheio, só para fazer alguma coisa. Não se trata de vivissecção, em que um certo abuso, por maior que seja, é sempre científico, e com o qual, só padece cachorro, que não é gente, como se sabe. Mas como admitir tal coisa com homem e fora do gabinete?

Bastou-me fazer esta reflexão, para descobrir a causa das facadas anônimas e adventícias, e logo o medicamento apropriado. Veja o leitor se não concorda comigo.

Capoeira é homem. Um dos característicos do homem é viver com o seu tempo. Ora, o nosso tempo (nosso e do capoeira) padece de uma coisa que poderemos chamar — erotismo de publicidade. Uns poderão crer que é achaque, outros que é uma recrudescência de energia, porque o sentimento é natural. Seja o que for, o fato existe, e basta andar na aldeia sem ver as casas, para reconhecer que nunca esta espécie de afecção chegou ao grau em que a vemos.

Sou justo. Há casos em que acho a coisa natural. Na verdade, se eu, completando hoje cinqüenta anos, janto com a família e dois ou três amigos, por que não farei participante do meu contentamento este respeitável público? Embarco, desembarco, dou ou recebo um mimo, nasce-me um porco com duas cabeças,

qualquer caso desses pode muito bem figurar em letra redonda, que dá vida a coisas muito menos interessantes. E, depois, o nome da gente, em letra redonda, tem outra graça, que não em letra manuscrita; sai mais bonito, mais nítido, mete-se pelos olhos dentro, sem contar que as pessoas que o hão de ler, compram as folhas, e a gente fica notória sem despende nada. Não nos envergonhemos de viver na rua; é muito mais fresco.

Aqui tocamos o ponto essencial. O capoeira está nesta matéria como Crébillon em matéria de teatro. Perguntou-se a este, por que compunha peças de fazer arrepiar os cabelos; ele respondeu que, tendo Racine tomado o Céu para si e Corneille a Terra, não lhe restava mais que o Inferno em que se meteu. O mesmo acontece ao capoeira. Não pode distribuir mimos espirituais, ou drogas infalíveis, todos os porcos nascem-lhe com uma só cabeça, nenhum meio de ocupar os outros com a sua preciosa pessoa. Recorre à navalha, espalha facadas, certo de que os jornais darão notícias das suas façanhas e divulgarão os nomes de alguns.

Já o leitor adivinhou o meu medicamento. Não se pode falar com gente esperta; mal se acaba de dizer uma coisa, conclui logo a coisa restante. Sim, senhor, adivinhou, é isso mesmo: não publicar mais nada, trancar a imprensa às valentias da capoeiragem. Uma vez que se não dê mais notícia, eles recolhem-se às tendas, aborrecidos de ver que a crítica não anima os operosos.

Logo depois a autoridade, tendo à mão algumas associações, becos e suspensórios ainda sem título, entra pelas tendas e oferece aos nossos Aquiles uma compensação de publicidade. Vitória completa: eles aceitam o derivativo, que os traz ao Céu de Racine e à Terra de Corneille, enquanto as navalhas, restituídas aos barbeiros, passarão a escanhoar os queixos da gente pacífica. *Ex fumo dare lucem.*

### 19 de março

Toda a gente sabe que eu, sempre que é preciso elogiar-me, não recorro aos vizinhos; sirvo-me da prata de casa, que é prata velha e de lei. Agora mesmo, podia dizer prata ordinária ou casquinha; mas não digo. Digo prata de lei.

O sistema da mutualidade, inventado por Trissotin e Vadius, tem o defeito da dependência em que nos põe uns dos outros Diz Trissotin a Vadius: *Aux ballades surtout, vous êtes admirable.* Se Vadius, em vez de responder, como na comédia: *Et dans les bouts-rimés je vous trouve adorable,* disser simplesmente: *A propósito, que é que há do ministério?* — lá se vai todo o plano de Trissotin, que gastou o seu versinho bonito, sem receber nada.

Em vez disso, inaugurei o meu sistema, fundado no princípio de que o homem deve dizer tudo o que pensa. Se o meu vizinho pensa que é um pascácio, por que não há de escrevê-lo? Se eu cuido que sou um cidadão conspícuo e ilustrado, por que hei de calá-lo? A verdade, quer ofenda o meu vizinho, quer me lisonjeie, deve ser pública. Nua saiu ela do poço, nua deve ir às casas particulares. Quando muito, põem-se-lhe umas pulseiras de ouro; em vez de dizer *ilustrado*, direi — *profundamente ilustrado.*

Agora vejam. Isto que é justo, claro, transparente e racional, não o tinha podido até aqui meter no bestunto dos meus contemporâneos. Vivia como uma espécie de Maomé sem Ali, pregava no vácuo, falava a surdos. Nas Câmaras, continuava a dobrar-se o colo humilde de Trissotin: "Perante esta Câmara tão rica de talentos, eu, o último dos seus membros..." Logo Vadius retificando: "Não apoiado! V. Exa. é um dos ornamentos do país!" Concordo que é bonito, mas está trocado.

Desanimado, cheio de desgostos, que só pode sentir quem já foi profeta sem

aderentes, ia abandonar a empresa, quando a Providência fez reunir os acionistas do Banco Auxiliar; foi a primeira manifestação desse poder misterioso e oportuno. A segunda foi o parecer da comissão do exame de contas, papel excelente, em que leio que o Sr. Del Vecchio, "no *louvável* intuito de concorrer para desenvolver o banco", tinha proposto em tempo certa reforma. E o Sr. Del Vecchio é justamente um dos signatários do parecer; circunstância que ele acentua bem, para mostrar a sua adesão à idéia nova.

Del Vecchio, amado Del Vecchio, tu que acreditaste em mim, fica sendo o meu califa. Não há mais que um Deus, e Maomé é o seu profeta. Agora posso fugir para Medina, a verdade vencerá, a despeito da fraqueza de uns, da maldade de outros e do erro de todos.

Corações que sufocais em gérmen os mais belos adjetivos do mundo, deixai que eles brotem francamente, que cresçam e apareçam, que floresçam, que frutifiquem! São os frutos da sinceridade. Eia, corações medrosos, sacudi o medo, bradai que sois grandes e divinos. As primeiras pessoas que ouvirem a confissão de um desses corações retos, dirão sorrindo umas para as outras:

— Ele diz que é nobre e divino.

As segundas:

— Parece que ele é nobre e divino.

As terceiras:

— Com certeza ele é nobre e divino.

As quartas:

— Não há nada mais nobre e divino.

As quintas:

— Ele é o que é *mais* nobre e divino.

As sextas:

— Ele é o único que é nobre e divino.

E tu descansarás nas sétimas, que amaciarão para ti o regaço absoluto. Tudo porque eu, um dos caracteres mais elevados do nosso tempo, espírito esclarecido e abalizado, iniciei a prática do verdadeiro princípio. E o que é que se dá comigo mesmo? Lulu Sênior, que é hoje (com razão) um dos meus mais estrênuos admiradores, já não me chama outra coisa: — espírito abalizado para cá, espírito abalizado para lá. Ainda ontem:

— Lélío, tu que és um dos espíritos mais abalizados que conheço, podes dizer-me por que é que no jantar político ao Silva Tavares não houve discursos políticos?

— Culpa do cozinheiro, respondi eu. Como se não bastasse um *poisson fin à la diplomate*, incluiu ele no *menu*, publicado no *País*, uma certa *Dinde farcie à la Périgord...* Périgord, como sabes, é puro Talleyrand, Talleyrand-Périgord, o grão-mestre dos diplomatas.

— Não se pode contestar que és um dos espíritos mais abalizados deste país.

— Apoiado! um dos seus ornamentos!

## 24 de março

Aqui há dias o Clube de Engenharia deu parecer sobre uma máquina denominada *Fluminense*. Para saber o que era, parece que bastava perguntá-lo ao Clube, ou ao inventor; mas, como as imaginações vadias dias contraem maus costumes, preferi ocupar a minha a ver se acertava por si mesma com a aplicação da coisa.

Não posso, não devo, não quero contar ao leitor qual foi o processo da minha imaginação, nem por que voltas e revoltas, depois de crer que era uma máquina para via férrea, acabei supondo que se tratava de um aparelho destinado a despolar café! Parece pulha que, sem mais recurso que o da simples conjetura e um pouco de indução, pudesse alcançar tão prodigioso resultado; mas é a pura verdade.

Pois, senhores, posso limpar a mão à parede com o meu trabalho de imaginação: a máquina era simplesmente de loteria. Se é boa ou má, não vi; limito-me a publicar o caso, para escarmento dos espíritos temerários, ou rotineiros, não sei como diga; mas qualquer palavra serve, contanto que fique escarmento, que é o principal.

A primeira coisa que revela a máquina de que eu trato, é a fé no futuro. Os sapateiros não fariam mais sapatos, se acreditassem que todos iam nascer com pernas de pau. Inventar uma máquina para a loteria, disposto a aperfeiçoá-la com o tempo, é implicitamente declarar que não está perdida a fé na permanência da instituição. O contrário seria absurdo.

Ora, não como veículo da postura, mas como órgão de uma instituição, é que a máquina foi ter ao Clube de Engenharia para ser examinada. Como obra prática, admito que se preferisse ver a atenção do Clube ocupada com algum aparelho de despolar café; mas em teoria é a mesma coisa. Há até autores que afirmam que, ainda pelo lado prático, não há diferença nenhuma, porque ambas as máquinas despalam, uma café, outra algibeiras; mas isto não passa de um execrável *calembour* indigno da ciência.

O que fica aventado é que a instituição da loteria tem ainda algumas boas décadas de existência. Deus a conserve! Ela é o auxílio da piedade econômica, organizada em irmandades, que alumiam o Altíssimo com a porcentagem da basbacaria humana, que é (perdoe a sua ausência) a melhor apólice que eu conheço, sem desfazer nas do Estado. Ela distribui o pão, o lençol, levanta pontes, conserta estradas, cuida do homem todo, corpo e alma, por fora e por dentro, na vida e na morte.

Quando porém não fosse assim, a ciência nada tem que ver com a utilidade ou perversidade das instituições. O lado social não lhe pertence, mas só o mecânico. Demais, há um princípio de solidariedade que liga todas as instituições de um país, a loteria e a engenharia. Foi o primeiro aparelho nacional que o Clube examinou? Não quer dizer nada; por algum se há de começar, e, máquina por máquina, antes a *Fluminense* que a do Fieschi, a infernal, que levava a gente desta para melhor. O que não mata engorda, dizem os velhos; mas supondo mesmo que emagreça... *Opportet agricellas esse*, com perdão de quem me ouve.

## 29 de março

O Sr. Alves dos Santos exerce os cargos de vigário e de deputado provincial no Rio de Janeiro. Isto permite-lhe cumprir à risca o preceito evangélico, dar a César o que é de César, os orçamentos, e a Deus o que é de Deus, a oração. Já é dar

muito: mas o Sr. Alves dos Santos quis dar mais alguma coisa, e mandou-me duas fortes sacudidelas por intermédio de um discurso.

Um colega (temporal) de Sua Reverendíssima tinha proposto que se representasse ao governo geral sobre a necessidade de mandar párocos para as duas freguesias que os não têm há cinco meses. Levantou-se o Sr. Alves dos Santos e propôs que, em vez disso, se oficiasse ao sr. bispo para que informe quantas freguesias estão sem pároco (declarou que eram muitas), e deu como razão do requerimento substitutivo a plausibilidade de parecer que o primeiro era uma censura ao diocesano, que nenhuma culpa tem na falta de párocos nas freguesias.

Até aqui vai tudo bem. Se o bispo não tem culpa, é injusto censurá-lo. Mas por que é que o bispo não tem culpa? Por dois motivos: o primeiro é a falta de sacerdotes, e aqui vai a primeira sacudidela, que não foi a maior. Têm morrido durante o episcopado atual mais de duzentos padres, e apenas se ordenaram vinte; os seminários estão desertos, e há anos que não se dá uma só ordenação nesta diocese, por não haver mais vocações para o estudo sacerdotal.

Ao voltar do abalo, perguntei a mim mesmo se há razão para censurar o bispo, quando ele escolhe para as freguesias padres estrangeiros. Onde não há, el-Rei o perde. Entretanto, admirado da falta absoluta de vocações eclesiásticas, e cogitando nas conseqüências que daqui vos podem vir, tratei de ver se achava no discurso alguma razão explicativa de um tal fenômeno, além do que, por mim mesmo, e fora dele, pareceu-me haver achado.

E dei com outra no discurso. O Sr. Alves dos Santos disse, de passagem, que o sr. bispo reformou os estudos, e dificultou um pouco mais a ordenação, "por querer um clero, não ignorante, mas com a ilustração necessária para combater as perigosas idéias do século." Deus me defenda de debater nesta coluna brincalhona, e com tão graves personagens, a questão de saber se o perigo é das idéias ou dos sentimentos do século; limito-me a concluir da reforma dos estudos, que em pouco tempo estará o sr. bispo sem ter quem mande para as freguesias, a não querer por lá os jornalistas que o censurarem. Aí está um resultado com que se não contava há vinte anos, e, por menos que se espalhe a todo o Brasil, teremos este singular contraste: um povo católico, em que ninguém quer ser padre... Mas eu tenho pressa de chegar à segunda sacudidela.

A segunda foi esta: "O padre, em geral, (disse o Sr. vigário Santos) procura as melhores freguesias, nas quais possa subsistir sem o grande ônus de cura d'almas."

Desta vez caí no chão. Ao levantar-me, reli o trecho, era aquilo mesmo, sem perífrase. A perífrase é um grande tempero para essas drogas amargas. Se eu chamar tratante a um homem, ele investe para mim; mas se eu lhe disser que o seu procedimento não é adequado aos princípios corretos e sãos que Deus pôs na consciência humana para o seguro caminho de uma vida rigorosamente moral, — quando o meu ouvinte houver desembrulhado o pacote, já eu voltei à esquina. Foi o que o Sr. vigário Santos não fez, e podia fazê-lo.

Que o padre, em geral, procure as melhores freguesias, em que possa subsistir, vá; nem todos hão de ser uns Sãos Paulos, nem os tempos comportam a mesma vida. Mas o que me fez cismar, foi este acréscimo: "sem o grande ônus de cura d'almas". Isto, se bem entendo, quer dizer ganhar muito sem nenhum trabalho. Mas, vigário meu, é justamente o emprego que eu procuro, e não acho, há uns vinte e cinco anos, pelo menos. Não cheguei a pôr anúncios, porque acho feio; mas falo a todos os amigos e conhecidos, obtenho cartas de recomendação, palavras doces, e mais nada. Se tiver notícia de algum, escreva-me pelo correio, caixa n.º 1712.

### 3 de abril

“Há alguém, disse o Sr. Senador João Alfredo, citando um velho dito conhecido, há alguém que tem mais espírito que Voltaire, é todo o mundo”.

Não sei se já alguma vez disse ao leitor que as idéias, para mim, são como as nozes, e que até hoje não descobri melhor processo para saber o que está dentro de umas e de outras, — senão quebrá-las.

Aos vinte anos, começando a minha jornada por esta vida pública que Deus me deu, recebi uma porção de idéias feitas para o caminho. Se o leitor tem algum filho prestes a sair, faça-lhe a mesma coisa. Encha uma pequena mala com idéias e frases feitas, se puder, abençoe o rapaz e deixe-o ir.

Não conheço nada mais cômodo. Chega-se a uma hospedaria, abre-se a mala, tira-se uma daquelas coisas, e os olhos dos viajantes faíscam logo, porque todos eles as conhecem desde muito, e crêem nelas, às vezes mais do que em si mesmos. É um modo breve e econômico de fazer amizade.

Foi o que me aconteceu. Trazia comigo na mala e nas algibeiras uma porção dessas idéias definitivas, e vivi assim, até o dia em que, ou por irreverência do espírito, ou por não ter mais nada que fazer, peguei de um quebra-nozes e comecei a ver o que havia dentro delas. Em algumas, quando não achei nada, achei um bicho feio e visuento.

Não escapou a este processo a idéia de que todo o mundo tem mais espírito do que Voltaire, inventada por um homem ilustre, o que foi bastante para lhe dar circulação. E, palavra, no caso desta, senti profundamente o que me aconteceu.

Com efeito, a idéia de que todo o mundo tem mais espírito do que Voltaire, é consoladora, compensadora e remuneradora. Em primeiro lugar, consola a cada um de nós de não ser Voltaire. Em segundo lugar, permite-nos ser mais que Voltaire, um Voltaire coletivo, superior ao Voltaire pessoal. Às vezes éramos vinte ou trinta amigos; não era ainda todo o mundo, mas podíamos fazer um oitavo de Voltaire, ou um décimo. Vamos ser um décimo de Voltaire? Juntávamo-nos; cada um punha na panela comum o espírito que Deus lhe deu, e divertíamos-nos muito. Saíamos dali para a cama, e o sono era um regalo,

Perdi tudo isto. Peguei desta compensação tão cômoda e barata, e deitei-a fora. Funesta curiosidade! O que achei dentro, foi que todo o mundo não tem mais espírito que Voltaire, nem mais gênio que Napoleão. Cito estes dois grandes homens, porque o segundo lá está citado na frase do eminente senador.

Sim, meus amigos. Choro lágrimas de sangue com a minha descoberta; mas que lhes hei de fazer? Consolemo-nos com o ser simplesmente Macário ou Pantaleão.

Multipliquemo-nos para vários efeitos, para fazer um banco, uma câmara legislativa, uma sociedade de dança, de música, de beneficência, de carnaval, e outras muitas em que o óbulo de cada um perfaz o milhão de todos; mas contentemo-nos com isto.

Nem me retruque o leitor com o fato de ter de um lado a opinião do autor da idéia, e as gerações que a têm repetido e acreditado, enquanto do outro estou apenas eu. Faça de conta que sou aquele menino que, quando toda a gente admirava o manto invisível do rei, quebrou o encanto geral, exclamando: — *El-Rei vai nu!* Não se dirá que, ao menos nesse caso, toda a gente tinha mais espírito que Voltaire. Está-me parecendo que fiz agora um elogio a mim mesmo. Tanto melhor; é minha doutrina.



## 9 de abril

Fui ontem visitar um amigo velho, Fulano Público, e achei-o acabando de almoçar; chupava os últimos ossinhos do processo do colar de brilhantes. A casa em que mora, é um resumo de todas as habitações, desde o palácio até o cortiço, para exprimir — creio eu — que ele é o complexo de todas as classes sociais. “Minha genealogia, bradava-me ele há anos, remonta à origem dos tempos. No dia em que houve duas rãs para ouvirem o coaxar de uma terceira, nesse dia nasceu o meu primeiro pai”.

Entrei, mandou-me sentar, e ofereceu-me almoço, que recusei. No fim, entre uma xícara de café e um charuto, perguntou-me o que queria.

— Meu caro Público... ia eu dizendo.

— Chama-me ilustrado. Chama-me respeitável ou digno, se queres. Nada de adjetivos familiares. Vens pedir-me ainda para as vítimas da Andaluzia?

— Não.

Respirou; depois ouviu-me com muita atenção. Se eu me ria, ele ria também; se levantava os braços, fazia a mesma coisa: é a sua teoria de hospitalidade. Confessou-me que receia ficar com a sela na barriga. Acabou o colar de brilhantes, acabou a menina da fortaleza, acabou a menina espancada; acabou tudo. O próprio roubo do consulado, que prometia render, sabe ele que foi tudo mentira; não só estavam lá os trezentos contos, mas ainda se achou um acréscimo de quatro patacas; foi o próprio gatuno que, no ato da tentativa, sentiu um aperto no coração, e lá deixou, além do que estava, tudo o que trazia consigo. A Câmara dos Deputados — também acabou.

— Não, senhor; está verificando os poderes. Não se reuniu na semana passada porque era de penitência. Na segunda-feira, se não fez sessão, foi por causa da morte de dois membros.

— Quer-me parecer que era melhor, nos casos de morte de um representante, fazerem as nossas Câmaras o que fazem todas as câmaras do mundo: notícia do fato, alocação do presidente adequada aos méritos do finado, e continuam os trabalhos, que são de interesse público.

— Velhaco! Tu o que queres, é que não te tirem o manjar dos debates.

— Não há tal; aceito qualquer coisa. Ao almoço, tendo uma fritadinha de cachações, navalhadas de escabeche, algum desfalque, e café por cima, estou pronto. Ao jantar, contento-me com uma boa arara; mas não rejeito segunda. O mais é o que me der o cozinheiro.

— Sim; mas a bela cozinha parlamentar é outra coisa. Confessa que estás aborrecido com a Câmara.

— Não digo que não.

— Tens o Senado.

— Fica um pouco longe. E depois, eu apesar de tudo, tenho umas esquisitices. Acho que este negócio de discutir no Senado o projeto do Governo, antes que os convocados especialmente digam alguma coisa, é contra a etiqueta.

— Não sei por quê.

— Cada Câmara tem o seu papel: a dos deputados derruba os Ministérios, o Senado organiza-os.

— Sendo assim, é bom que se saiba já a opinião de quem tem de organizar o novo gabinete, se o houver.

— Crês que haja?

— Francamente, eu, nisto como em outras coisas, opino com o outro que dizia: "creio que dois e dois são quatro, e quatro e quatro são oito; *mais je n'en suis pas sûr*".

## 20 de abril

Como é possível que hoje, amanhã ou depois, tornem a falar em crise ministerial, venho sugerir aos meus amigos um pequeno obséquio. Refiro-me à inclusão de meu nome nas listas de ministérios, que é de costume publicar anonimamente, com endereço ao Imperador.

Há de parecer esquisito que eu, até aqui pacato, solicite uma fineza destas que trescala a pura ambição. Explico-me com duas palavras e deixo de lado outras duas que também podiam ter muito valor, mas que não são a causa do meu pedido.

Na verdade, eu podia comparar a ambição às flores, que primeiro abotoam e depois desabrocham; podia dizer que, até aqui, andava abotoado. Por outro lado, se a ambição é como as flores, por que não será como as batatas, que são comida de toda a gente? E também eu não sou gente? não sou filho de Deus? Nos tempos de carestia, a ambição chega a poucos, César ou Sila? mas nos períodos de abundância estende-se a todos, a Balbino e a Maximino. Façam de conta que sou Balbino.

Mas não quero dar nenhuma dessas razões, que não são as verdadeiras causas do meu pedido. Vou ser franco, vou abrir a minha alma ao sol da nossa bela América.

A primeira coisa é toda subjetiva; é para ter o gosto de reter o meu nome impresso, entre outros seis, para ministro de Estado. Ministro de quê? De qualquer coisa: contanto que o meu nome figure, importa pouco a designação. Ainda que fosse de verdade, eu não faria questão de pastas, quanto mais não sendo. Quero só o gosto; é só para ler de manhã, sete ou oito vezes, e andar com a folha no bolso, tirá-la de quando em quando, e ler para mim, e saborear comigo o prazer de ver o meu nome designado para governar.

Agora a segunda coisa, que é menos recôndita. Tenho alguns parentes, vizinhos e amigos, uns na Corte e outros no interior, e desejava que eles lessem o meu nome nas listas ministeriais, pela importância que isto me daria. Creia o leitor que só a presença do nome na lista me faria muito bem. Faz-se sempre bom juízo de um homem lembrado, em papéis públicos, para ocupar um lugar nos conselhos da Coroa, e a influência da gente cresce. Eu, por exemplo, que nunca alcancei dar certa expressão ao meu estilo, pode ser que a tivesse daí em diante; expressão no estilo e olhos azuis na casa. Tudo isso por uma lista anônima, assinada — *Um brasileiro* ou *A Pátria*.

Não me digam que posso fazer eu mesmo a coisa e mandá-la imprimir, como se fosse de outra pessoa. Pensam que não me lembrei disso? Lembrei-me; mas recuei diante de uma dificuldade grave.

Compreende-se que uma coisa destas só pode ser arranjada em segredo, para não perder o merecimento da lembrança. Realmente, sendo a lembrança do próprio lembrado, lá se vai todo o efeito, para ficar em segredo, era preciso antes de tudo disfarçar a letra, coisa que nunca pude alcançar; e, se uma só pessoa descobrisse a história e divulgasse a notícia, estava eu perdido. Perdido é um modo de falar. Ninguém se perde neste mundo, nem Balbino, nem Maximino.

Eia, venha de lá esse obséquio! Que diabo, custa pouco e rende muito, porque a gratidão de um coração honesto é moeda preciosíssima. Mas pode render ainda mais. Sim, suponhamos, não digo que aconteça assim mesmo; mas suponhamos que o Imperador, ao ler o meu nome, diga consigo que bem podia experimentar os meus talentos políticos e administrativos e inclua o meu nome no novo gabinete. Pelo amor de Deus, não me atribuam a afirmação de um tal caso; digo só que pode acontecer. E pergunto, dado que assim seja, se não é melhor ter no ministério um amigo, antes do que um inimigo ou um indiferente?

Não cobiço tanto; contento-me com ser lembrado. Terei sido ministro relativamente. Há muitos anos, ouvi uma comédia, em que um furriel convidava a outro furriel para beber *champagne*.

— *Champagne!* exclamou o convidado. Pois tu já bebeste alguma vez *champagne*?

— Tenho bebido... relativamente. Ouço dizer ao capitão que o major costuma bebê-lo em casa do coronel.

Não peço outra coisa; um cálice de poder relativo.

## 25 de abril

Ninguém dirá, à primeira vista, que entre a nascente instituição dos guardas-noturnos e a Assembléia Provincial de Sergipe, haja o menor ponto de contato. Mas, fitando bem os olhos, vê-se logo que há um, e não pequeno.

Relativamente aos guardas, confesso que a princípio achei a coisa esquisita, por me parecer que se tratava de um Estado no Estado; mas as explicações vieram, e vimos todos, que se trata de uma simples medida de vigilância particular, limitada ao quartirão, sem nenhuma ação pública. Pelo amor de Deus, não vão acreditar que é este o ponto de contato com a Assembléia Provincial de Sergipe, ou qualquer outra. Se o fosse, não teria dúvida em dizê-lo; mas é que não é.

A Assembléia sergipana, segundo as notícias de hoje, abriu-se solenemente há mais de um mês, e não tornou a reunir-se por falta de número, — de *quorum*, é o termo técnico, — que aliás ainda não tinha no próprio dia da abertura. Vejam bem: ainda não havia *quorum* no dia da abertura da Assembléia. Não sou eu que o digo, é a *Gazeta de Sergipe*.

Estou a crer que o leitor já começa a descobrir o ponto de contato entre os guardas e a Assembléia sergipana; mas, ainda que o não descubra, peço-lhe que me acene com os olhos que sim, e então seremos dois, e daremos maior força à reclamação que proponho, reclamação pecuniária, ou, nos próprios termos da coisa, uma restituição.

Porquanto, os sergipanos pagam o subsídio à Assembléia, para que esta lhes faça as leis, assim como nós pagamos imposto ao Estado, para que ele, entre outros serviços de que se incumbe, nos guarde as casas e as pessoas. Ora, se a Assembléia sergipana, em vez de fazer as leis necessárias aos sergipanos, limita-se a beber os ares da bela Aracaju; e se nós, por segurança, pagamos a quem nos vigie a porta; parece (salvo erro) que há aqui lugar para clamar como o Chicaneau

de Racine: *Hé! rendez donc l'argent!*

Escrevi Chicaneau? Mas a nossa posição e a dos sergipanos é muito mais sólida que a de Chicaneau. Este queria tão-somente peitar o porteiro do juiz, ao passo que nós não queremos peitar ninguém neste mundo. Os sergipanos dizem: "Não podendo nós mesmos fazer as leis, incumbimos estes cavalheiros de as fazerem; e para que não percam o seu tempo, os indenizamos do que deixam de ganhar..." E nós: — "como temos de ganhar a nossa vida, vendendo, fabricando, medicando ou advogando, fica este cavalheiro, em nome do Estado, incumbido de fazer uma porção de coisas, entre outras guardar a integridade da nossa fazenda, dos nossos narizes e do nosso sono; pelo que receberá, com diversos títulos, um tanto por ano".

Se isto é peitar, não sei o que seja contratar. Em vez da exclamação sórdida de Chicaneau, prefiro uma fórmula singela e grave, que se ajusta a ambos os casos presentes: *quibus exige quorum*. Entretanto, como é meu vezo antigo não apontar um mal que lhe não dê logo o remédio, vou dizer aqui o que se pode fazer sem reclamação nem barulho. Nada de barulhos. Não é remédio para ambos os casos, note-se bem, mas para um só, ou mais exatamente para um daqueles e outro que me está pingando dos bicos da memória. Fica o da Corte para melhor ocasião.

O remédio é este:

Li há dias, anteontem, que a Assembléia Provincial da Bahia foi adiada por falta de subsídio. Assim, temos que na Bahia há deputados sem subsídio, e em Sergipe subsídio sem deputados. O remédio é transferir o subsídio de Sergipe para os deputados da Bahia, e os deputados do referido Sergipe para quando se anunciar. No atual estado, nem Sergipe nem Bahia têm leis, por falta de uma ou de outra coisa; mas, com o meio que lembro, uma das duas províncias ganha a legislatura. Dir-me-ão que Sergipe não ganha nada. Perdão, e a experiência?

## 10 de maio

— Amanhã é um grande dia! exclamou o meu amigo, faiscando-lhe os olhos de contentamento.

Não posso dizer o nome dele; suponhamo-lo Calisto. Amanhã é um grande dia para ele, porque é o da apresentação do Ministério às Câmaras, fato que na vida do meu amigo equivale a um batizado de criança na vida de todos os pais. Vão entendê-lo em poucas linhas.

Calisto só adora uma coisa, mais do que as crises ministeriais, é a apresentação dos Ministérios novos às Câmaras. Moção anunciada pode contar com ele. E gosta das crises compridas, atrapalhadas, arrastadas, cheias de esperanças longas e boatos infinitos. Mas tão depressa se organiza o Ministério, como lhe cai a alma aos pés. O que o consola então, e muito, é a idéia da apresentação; nem mais nem menos o que lhe acontece desde o dia 4.

Amanhã vai ele muito cedo para a porta da Câmara dos Deputados, com biscoitos no bolso e paciência no coração. A paciência, com perdão da palavra, é um biscoito moral, dado pelo Céu a muito poucos. Calisto é dos poucos. É capaz de agüentar um temporal, uma soalheira, uma carga de cavalaria, sem arredar pé da porta da Câmara, até que lha abram. Abrem-lha, ele entra, sobe, arranja um bom lugar.

Não atribuam ao Calisto nenhuma preocupação política, pequena ou grande, nenhum amor ao Dantas ou ao Saraiva, ao projeto de um ou de outro, nem à grande questão que se debate agora mesmo em todos os espíritos. Não, senhor;

este Calisto é um distintíssimo curioso, na política e no piano. Importa-lhe pouco saber de um problema ou da sua solução. Contanto que haja barulho, dá o resto de graça.

Justamente o dia de amanhã cheira a chamusco, debate grosso, veemência, chuva de apartes, impropérios, tímpanos, confusão. Pode ser que não haja nada; mas ele cuida que há, e lambe-se todo de contente só com a idéia de um pandemônio.

Na imaginação dele, a coisa há de se passar assim. Os primeiro minutos de ânsia e curiosidade, — votações distraídas, arengas curtas. Pela uma hora da tarde, anuncia-se o Ministério, que aparece rompendo a custo a multidão de curiosos. Grande burburinho, crescente ansiedade. Sentam-se os ministros, explica-se a crise, e o Saraiva tem a palavra para expor o programa. O profundo silêncio com que ele há de ser ouvido é um dos regalos do Calisto, que ouve através do silêncio o tumulto das almas.

Depois rompe um deputado. Qual deputado? Não sabe qual seja, mas há de ser um, provavelmente o José Mariano, ou algum com quem se não conte, e está acesa a guerra — brotam os apartes, agitam-se os ânimos; vem outro orador, mais outro — cruzam-se os remoques, surgem os punhos cerrados, bufam as cóleras, retinem os entusiasmos. E o meu Calisto, de cima, olhará para baixo, e gozará um bom dia, um dia raro, igual àquele 18 de julho de 1868, quando o Itaboraí penetrou na Câmara liberal, com os conservadores. O Calisto ainda se lembra que não jantou nesse dia.

Agora, que a questão ainda é mais grave, a sessão há de render mais, — ou *dar sorte*, que é a locução do meu amigo. Calisto espera sair amanhã dali, abarrotado de comoção para seis meses. Jura a quem quer ouvir, que não tem preferências nem antipatias. Também não quer saber se do debate lhe sairá alguma restrição pessoal ou pecuniária. Contanto que haja tumulto, está ganho o dia, e o dia seguinte pertence a Deus.

Ide vê-lo, à saída da Câmara, olhando embasbacado; estará ainda alegre. Mas no dia seguinte, que o diabo diz que também é dele, vereis o meu pobre Calisto arrimado a alguma porta ou esquina, à espreita de algum sucesso que passe, desconsolado como na ópera do nosso Antônio José:

Tão alegres que fomos,  
Tão tristes que viemos.

## 16 de maio

Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo; eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci imediatamente. Conheci-os pela voz, *vox clamantis in deserto*. Disseram-me que tinham chegado no último paquete. O mais velho acrescentou até que, já agora, hão de repetir com regularidade estas viagens à Corte.

— A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das probabilidades. Uma chegadinha à Corte, de quando em quando, não faz mal a ninguém, exceto...

— Exceto... ?

— Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a

alguém, seja quem for. Falei de um modo geral e abstrato. Você costuma dizer tudo o que pensa?

— Tudo, tudo, não; nem eu, nem o meu vizinho boticário, e mais é um falador das dúzias.

— Pois então!

— Em todo caso, demoram-se?

— Temos essa intenção. O pior é o calor, mas felizmente começa a chover, e se a chuva pega, junho aí vem com o inverno, e ficamos perfeitamente. Está admirado? É para ver que já conhecemos o Rio de Janeiro. Contamos estar aqui uns três meses, não pode ser que vamos a quatro ou cinco. Já fomos à Câmara dos Deputados.

— Assistiram à recepção do Saraiva, naturalmente?

— Não, fomos depois, no dia 13, uma sessão dos diabos. Ainda assim, o pior para nós não foi propriamente a sessão, mas o demônio do José Mariano, que, apenas nos viu na tribuna dos diplomatas, logo nos denunciou à Câmara e ao Governo. Não pode calcular o medo com que ficamos. Eu, felizmente, estava ao pé de duas senhoras que falavam de chapéus, voltei-me para elas, como quem dizia alguma coisa, e dissimulei sem afetação; mas os meus pobres irmãos é que não sabiam onde pôr a cara. Hoje de manhã, queriam voltar para Pernambuco; mas eu disse-lhes que era tolice.

— São todos inconstitucionais?

— Todos.

— Vamos aqui para a calçada. E agora, que tencionam fazer?

— Agora temos de ir ao Imperador, mas confesso-lhe, meu amigo receamos perder o tempo. Você conhece a velha máxima que diz que a história não se repete?

— Creio que sim.

— Ora bem, é o nosso caso. Receamos que o Imperador, ao dar conosco, fique aborrecido de ver as mesmas caras, e, por outro lado, como a história não se repete... Você, se fosse Imperador, o que é que faria?

— Eu, se fosse Imperador? Isso agora é mais complicado. Eu, se fosse Imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.

— Os adjetivos?

— Vocês não calculam como os adjetivos corrompem tudo, ou quase tudo; e quando não corrompem, aborrecem a gente, pela repetição que fazemos da mais infima galanteria. Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.

— Mas que temos nós outros com isso?

— Tudo. Vocês como simples impostos são excelentes, gorduchos e corados, cheios de vida e futuro. O que os corrompe e faz definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um decreto todos os adjetivos do Estado, resolvia de golpe essa velha questão, e cumpria esta máxima, que é tudo o que tenho colhido da história e da política, e que aí dou por dois vinténs a todos os que

governam este mundo: Os adjetivos passam, e os substantivos ficam.

## 21 de maio

Deusa eterna das ilusões, Maia, divina Maia, entorna sobre mim a tua ânfora e conta-me o que se não passará hoje, nem amanhã, nem depois, nem segunda-feira.

Hoje, reunida a Câmara dos Deputados, elege logo a mesa e a comissão de resposta à fala do trono. A comissão reúne-se imediatamente, e, considerando que já no ano passado encerrou-se o Parlamento sem responder nada à coroa; que este ano, durante a sessão extraordinária, nem se pôde nomear a comissão; e finalmente que esta lacuna, posto se trate de uma formalidade e não de um princípio, pode ser interpretada por alguns, não como um descuido, mas como um sintoma da podridão da própria Câmara, resolve formular o projeto para ser apresentado amanhã.

Amanhã, sexta-feira, é lido o projeto perante a Câmara, que aplaude a solicitude da comissão, e pede urgência para o debate. O presidente dá o projeto para a ordem do dia de sábado.

No sábado, a cidade, estupefata, vê reunir-se a Câmara, que até aqui cumpria fielmente aquela regra do Pentateuco que todo o israelita traz de cor, a saber: "no sábado, entrarás na tua tenda, e não sairás dela". Reúne-se a Câmara para o fim de resgatar pela brevidade a omissão das duas últimas sessões.

Logo no princípio do debate pede a palavra um deputado cujo nome me não ocorre, e começa uma dissertação acerca das origens do sistema representativo e do uso do voto de graças; mas a Câmara brada-lhe energicamente que passe ao dilúvio.

Não tem diversa sorte outro orador, que deseja saber por que motivo estão vagas algumas comarcas do Norte e se o carcereiro Reginaldo foi ou não metido em processo. Reginaldo? A Câmara levanta os ombros, diz-lhe que não se trata de questiúnculas locais e o deputado senta-se.

Varridos assim esses últimos elementos de um passado igualmente maçador e pueril, começa o debate, que não dura mais de três horas, falando em primeiro lugar o Sr. Andrade Figueira, em nome do Partido Conservador, e seguindo-se-lhe os Srs. Lourenço de Albuquerque, José Mariano e o presidente do conselho. Este faz algumas declarações importantes; diz redondamente à Câmara que, na questão de saber se o orçamento deve preceder à reforma servil, ou esta àquele, a opinião do Governo é que devem ser tratados ambos ao mesmo tempo.

Antes das cinco horas estará votado o projeto; o Senado, para não ficar atrás da Câmara, terá discutido e votado o seu, e as respectivas mesas oficiarão ao Governo comunicando que as respostas estão prontas. O Imperador marca o dia de segunda-feira, à uma hora da tarde, no paço da cidade. Cerimonial do costume.

Assim, após longos anos de desvio nesta matéria, e de omissão nos últimos tempos, o Parlamento fará da discussão da resposta à fala do trono o que ela deve ser: uma expressão sumária e substancial dos sentimentos dos partidos, em vez de um concerto sinfônico, em que todos os tenores e todos os trombones desejam aparecer.

Maia, divina Maia, deusa eterna das ilusões...

## 28 de maio

*Rien n'est sacré pour un sapeur!* Leio nas folhas públicas, que a morte de Vítor Hugo tem produzido tanta sensação como os preços baixos da grande alfaiataria Estrela do Brasil. *Rien n'est sacré pour un... tailleur!*

Eu, em criança, ouvi contar a anedota de uma casa que ardia na estrada. Passa um homem, vê perto da casa uma pobre velhinha chorando, e pergunta-lhe se a casa era dela. Responde-lhe a velha que sim. — Então permita-me que acenda ali o meu charuto.

Imitemos este homem polido e econômico. Vamos acender os charutos no castelo de Hugo, enquanto ele arde. Vamos todos, havanas e quebra-queixos, finos ou grossos, e os mesmos cigarros, e até as pontas de cigarro. *Nunc est fumandum.* Incêndios duram pouco, e os fósforos são vulgares.

Completemos as estrofes com coletes, façamos de uma ode uma sobrecasaca. Está chorando, meu amigo? Enxugue os olhos no cós destas calças. Vinte e dois mil-réis, serve-lhe? Vá lá, vinte e um. E olhe que é por ser para *si*. A gramática não é boa, mas o sentimento é sincero. *Ce siècle avait deux ans...* Pano fino; veja aqui, que está mais claro. *Gastibelza, l'homme à la carabine...* Vai pelos vinte e um? é de graça. Vinte? Vinte é pouco; dê vinte e quinhentos. Não? Está bom; vá lá... *Poète, ta fenêtre était ouverte au vent...*

É claro que isto pode aplicar-se a outras coisas, não só aos coletes. Em geral inventamos pouco, e a idéia que um emprega fica logo rafada. Haja vista o Café Papagaio, que já deu de si o Café Arara e o Café Piriquito, e dará muitos outros, se Deus quiser, porque primeiro acabará o uso do café no mundo, do que as nossas belas aves no mato.

Que não venha o bando precatório, é só o que peço, e não peço pouco, porque, em vindo um, vêm duzentos. Se fosse um só, com outras festas diferentes, sim, senhor, era comigo; mas não pode ser um só, há de ser como o Café Papagaio e os carneiros de Panúrgio. Tudo irá pelo mesmo caminho. Os carros das idéias, a vara e a bolsa, a guarda de honra, tudo como no ritual. Eu, quando eles aqui andaram, estive quase a organizar um bando, não *precatório*, mas *precatário*. Cometia um trocadilho detestável (vai em grifo para que não escape a ninguém) mas ao menos salvava a minh'alma, que não sei onde anda desde esse tempo.

Sei que resta a polca, que não há de querer perder um petisco tão raro, como a morte de um grande poeta. Há a dificuldade dos títulos, que, segundo a estética deste gênero de dança, devem ser como os da última ou penúltima publicada: *Seu Filipe, não me embrulhe!* Não se pode dizer: — *Seu Vítor, não me embrulhe!* A morte, ainda que seja de um grande espírito, não se compadece com este gênero de capadoçagem.

O modo de combinar as coisas seria dar às polcas comemorativas um título que, com o pretexto de aludir a escritos do poeta, trouxesse o pico do escândalo. *Freira no serralho*, por exemplo, é excelente, com esta epígrafe do poeta: *De nonne, elle devient sultane.* E pontinhos. Ou então este outro: *A filha do papa!* Eia, polquistas, não desespereemos da basbacaria humana.

## 3 de junho

Ando tão atordoado, que não sei se chegarei ao fim do papel. Se escorregar, segure-me.



A primeira causa do atordoamento (são muitas) é a revelação que nos fez o Sr. Dr. Prado Pimentel no artigo que escreveu contra o vice-presidente de Sergipe, por intervir na eleição. S. Exa. recorda ao Sr. Faro (é o nome dele) alguns serviços que lhe prestou. Entre estes figura a nomeação de tenente-coronel da Guarda Nacional, feita a instâncias de S. Exa.; cita mais o pedido que o Governo não pôde satisfazer, de um título de barão, — Barão de Japarutuba.

Perdoe-me S. Exa.. Cuido que esta revelação, desvendando o segredo profissional, vai lançar a mais cruel desilusão no ânimo de todos os agraciados deste país. Eu mesmo, que não tenho nada na casaca, nem no nome, estou que não posso comigo, pela razão natural de que posso vir a ter alguma coisa. Em verdade, pelo que se passou na consciência e na imaginação do Sr. Faro, pode-se calcular o que acontece nas de todos que recebem uma graça.

Na consciência:

— Faro, estás tenente-coronel. Podes crer que não há graça mais bem merecida. Se há alguma coisa que notar no ato do governo, foi a demora.

Estás vendo, Faro? é o prêmio da modéstia, do zelo, do amor aos princípios, e principalmente, é o reconhecimento de que possuis o ar marcial. Não negues, Faro; tu tens o ar marcial. Vai ali ao espelho. Não és Napoleão, mas ninguém que te veja pode deixar de exclamar: Ou eu me engano, ou este homem acaba tenente-coronel. E estás tenente-coronel, Faro. Não duvides; relê a carta imperial. Olha o chapéu que o Graciliano te mandou da Corte. Não me digas que não tens batalhão que comandar; o teu ar marcial fará crer que tens um exército. *Incessu patuit Dea*. Dea ou Faro são sinônimos.

Na imaginação:

— Foi o Imperador que disse ao Ministro da Justiça, em despacho: "Sr. Lafayette, não esqueça o Faro". — Que Faro? — O Faro de Sergipe. — Cá está o decreto; digne-se Vossa Majestade de assiná-lo. E o Imperador, assinando o decreto, ia dizendo ao ministro: — Posso afirmar-lhe, Sr. Lafayette, que tenho as melhores notícias deste Faro. — Também eu, acudiu o Ministro da Justiça. — Todos nós, disseram os outros. E foi um coro de elogios: cada qual notava o teu zelo, retidão e clareza de espírito, temperança dos costumes, afabilidade das maneiras, sintaxe, penteado, filosofia, etc., etc.

Tudo isso desaparece com a revelação do Sr. Prado Pimentel. Não desaparece para esse somente, mas para todos os agraciados, que vão perder os aplausos da consciência e as visões da imaginação; passam a ser agraciados de um amigo, de um compadre, de um colega, que vem à Corte e escreve no rol de lembranças: "arranjar para o Chico Boticário uma comenda". Lá se vai toda a teoria das graças do Estado. Não, o Sr. Dr. Prado Pimentel não podia desvendar o segredo profissional.

A segunda causa do meu atordoamento foi a notícia que li, nuns versos publicados em honra de Vítor Hugo, versos cheios de sentimento e vigor, entre os quais estes dois que me estromparam:

Com suas filhas e netos,  
Levou a cruz ao Calvário.

Como se vê, foi um suplício de família; mas, ainda sendo de família, todos os suplícios são lamentáveis. E aqui a consternação foi imensa. Ver aquele grande homem, ladeado de duas moças e duas crianças, Calvário acima, para lá pôr uma cruz, é ainda mais doloroso que estupendo. E para que levaria lá aquela cruz, se não tinha de morrer nela? eis aí o que me pareceu requinte da malvadez. A compensação única de levar uma cruz ao Calvário é morrer nela. Deram ao pobre

velho um suplício, além de coletivo, gratuito.

Já me lembrou se o novo poeta apenas quis fazer uma figura. Em tal caso, desaparece esta segunda causa de atordoamento, para só ficar um desejo íntimo, que não hesito em tornar público. O desejo é que deixemos repousar o Calvário por algum tempo. Há já muito Calvário em verso e em prosa. Para que trocar este dobrão de ouro em moedinhas de níquel? é reduzi-lo a comprar cigarros.

Do Calvário à Torre de São José é um passo. Ouçam agora a terceira causa do meu atordoamento.

Ontem, ao passar pela igreja, ouvi tocar um belo tango ou fadinho; não sei bem o que era; mas realmente era coisa patusca. Os sons vinham da torre; eram os sinos que falavam aos fiéis da paróquia. Já os tenho ouvido muitas vezes, e mais os da Lapa dos Mercadores, que também nos dão da mesma música. Em qualquer outra ocasião, iria andando o meu caminho; mas Já estava atordoado, e então quase caí.

Confesso-lhes que, a princípio, fui injusto; atribuí essa mistura de piedade e troça, a uma certa soma de pulhice e trivialidade que suponho existir nos nossos miolos; mas adverti que a culpa, se há culpa, deve ser toda do sineiro, que aproveita a ocasião de anunciar aos fregueses a missa da manhã para anunciar também o fandango da noite.

E realiza ao mesmo tempo o que o personagem de Boileau só podia fazer em horas separadas:

*Le matin catholique et le soir idolâtre,  
il dîne de l'Eglise et soupe du théâtre.*

Tu, meu sineiro, tu ceias e jantas de uma e de outra cozinha, sem descer da torre. Os fregueses gostam, e a irmandade gosta ainda mais. Artificioso *muezzim* cristão. Ulisses do badalo! Unes assim o salmo ao *couplet*, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo.

## 8 de junho

Por libelo acusatório, dizem cinqüenta cidadãos anônimos contra a polícia, e especialmente o Sr. Ciro de Azevedo, delegado, e, sendo necessário,

P.P. que os autores estavam pacificamente reunidos na casa n.º 130 da Praça Onze de Junho, assistindo a uma briga de galos, quando o réu apareceu acompanhado de alguns esbirros, e dissolveu a reunião, com o pretexto de que era um espetáculo bárbaro, lançando assim um labéu a cinqüenta cidadãos contribuintes e católicos; pelo que

P.P. que o dito réu praticou um duplo atentado, perturbando o uso do direito de reunião e deslustrando a fama dos que o exerciam; e mais,

P.P. que, sendo o pensamento secreto dos autores profundamente político e patriótico, ainda mais grave se tornou o ato da autoridade, que daquele modo, além de ferir a lei e afrontar os autores, atrasou a marcha do Estado; tríplice violência que a justiça não deve nem pode deixar impune, sob pena de abalar todos os alicerces da nossa vida nacional, porquanto,

P.P. que, residindo na Inglaterra a origem do sistema parlamentar e representativo, é a ela que devem recorrer todos os Estados congêneres, quando quiserem fortificar a própria vida política; sendo aliás certo e universal, e nem

pode negá-lo o réu, que a imitação dos bons é um preceito de costumes, tanto na vida do indivíduo como na dos povos; pelo que,

P.P. que, lendo os autores, um dia destes, os debates das câmaras, acharam que, a propósito da lei de forças de terra e da resolução prorrogativa do orçamento, foram discutidos alguns negócios de Sergipe, a reforma do estado servil, a dissolução da Câmara em 1884, a organização do conselho de estado, o poder pessoal e uma professora de primeiras letras, e parecendo que esta prática não é inglesa, assentaram de prover de remédio um mal tão grave; e assim,

P.P. que, não tendo assento na Câmara, e não dispondo de um jornal sequer, trataram de escolher algum remédio externo e indireto; e foi então que um deles declarou possuir um galo, e fazendo outro igual declaração, todos os demais autores, em número de quarenta e oito, bateram na testa e exclamaram que o remédio estava achado, pois que a briga de galos é prática essencialmente britânica; e ainda mais,

P.P. que, escolhendo a briga de galos, não tiveram os autores a mais remota intenção de aludir à atual briga entre o Sr. Coelho e Campos, da Câmara, e o Sr. Barão da Estância, do Senado, — alusão sem mérito, porque cada um dos combatentes está no seu poleiro; e se a alguma coisa quisessem os autores aludir, seria antes ao melhoramento trazido pelo *Diário de Notícias*, onde um altruísta conservador fala ao pé de um articulista conservador, à mesma mesa, como se estivessem em casa própria; e, sendo certo,

P.P. que, se não tiraram nenhuma comparação do conflito entre os ditos senador e deputado, não lhes caiu no chão uma palavra do discurso do primeiro destes, o citado Barão da Estância, a qual palavra é que o presidente de Sergipe, apenas ali chegou, demitiu todas as autoridades da localidade de S. Exa., "parecendo assim que ia hostilizar o Partido Liberal e não o Conservador", palavra que, atenta a probidade e singeleza de quem a proferiu, vale por um capítulo de psicologia política; mas, sendo certo,

P.P. que citam isto de passagem, e para se defenderem de qualquer alusão menos cabida, não se demorando nisso, nem no trecho em que outro digno senador, o Sr. Correia, se admira de que devam ao tesouro 17.250:902\$917 de impostos, e aconselha o meio executivo para cobrá-los, como querendo S. Exa. acabar violentamente com um dos ofícios mais rendosos deste país, que é não pagar impostos ao Estado; e, pois,

P.P. que, começando a perder o fio das idéias, voltam aos galos e à casa n.º 130 da Praça Onze de Junho, onde os ditos galos brigavam, e onde o réu os foi dissolver, como se galo fosse gente para merecer tanto barulho, e como se não fosse muito melhor fazer brigar os galos do que brigarem as próprias pessoas umas com as outras, escorrendo sangue das ventas humanas, sem divertimento para ninguém, e principalmente para os sangrados; e finalmente,

P.P. que param neste ponto, a fim de não os aborrecer mais, aconselhando que, enquanto não chegam outros usos da Inglaterra, vamos fazendo uso do galo e suas campanhas. Antes o galo que nada.

## 14 de junho

A razão que me faz amar, sobre todas as coisas deste mundo, a nossa Ilma. Câmara Municipal, é que ali a gente pode dizer o que tem no coração.

Cá fora tudo são restrições e cortesias. Um homem crê que outro é tratante e dá-lhe um abraço, e raramente um pateta morre com a persuasão de que o é. Obra

das conveniências, costumes da civilização, que corrompe tudo.

Na Ilustríssima é o contrário.

Tudo ali parece respirar o estado social de Rousseau, é a pura delícia da natureza em primeira mão. Não há sedas rasgadas, nem outras bugigangas e convenções.

Se nem todos observam a regra da casa, que é, logo à porta, desabotoar o colete e tirar os sapatos, não só para estar à fresca como para meter os pés nas algibeiras dos outros, é porque não se perdem facilmente os hábitos corruptos, mas basta que a regra exista, para crer que a reforma total se fará.

A última sessão (para não ir mais longe) deu-nos um desses espetáculos em que a natureza rude e ingênua vinga os seus foros. Tratava-se da limpeza do matadouro.

Ao que parece, este serviço estava a cargo de Fuão Silva, que o fazia de graça, e foi dado a outro por 400\$000 mensais. Um dos vereadores pegou do ato, e começou por dizer que o presidente não tinha culpa do que fizera, visto que foi mal informado por outro vereador, e caiu em cima deste. Não esteve com uma nem duas; disse-lhe claramente que estava perseguindo o Silva, e protegendo a alguém à custa dos cofres municipais; que era um escândalo e já não era o primeiro; que o dito vereador é uma potência do matadouro, onde prefere a quem quer; que prorroga contratos sem conhecimento da causa; que protege também um certo Marinho, e muitas outras coisas, concluindo por dizer ironicamente que esperava que o outro, com a eloquência que todos lhe reconhecem, viria explicar o ato.

Tudo isso foi dito sem barulho, e respondido sem barulho. A resposta do outro foi que o novo empresário Fuão Dumas, que faz a limpeza por 400\$000, dá 200\$000 mensais ao primeiro, que a fazia de graça. Juro por Deus Nosso Senhor que não estou inventando. A única coisa que faço é não entender nada. Nem isso, nem a proposta com que o orador terminou, para que se faça o contrato definitivo com o dito Fuão Dumas, pagando este à Câmara 100\$000 mensais, em vez de receber os 400\$000. Mas, repito, tudo isto sem barulho.

Pode-se dizer, é verdade, que os pontos mais escabrosos deviam ser excluídos da ata, onde se relacionavam os serviços da Câmara, que não são poucos nem fáceis. Com efeito, a natureza é rude e franca; mas os ventos, que são os seus jornais, não transmitem tudo o que ela arranca do coração; alguma coisa morre para todo o sempre. Não; o exemplo não presta; vejamos outro.

A civilização, que não inventou o defluxo, inventou o lenço, que dissimula o defluxo, guardando no bolso os seus efeitos. Mas a pura natureza ainda está com o chamado lenço de cinco pontas, que são, Deus me perdoe, os próprios dedos que ele nos deu, e a sua regra é ir deixando os defluxos pelo caminho. Pois bem; deixe a Ilustríssima Câmara o uso piegas do lenço, não guarde na algibeira os seus defluxos, mas tão-somente o suor do seu trabalho. Deite o resto ao chão.

## 20 de junho

### DIÁLOGO DOS ASTROS

DOM SOL — Mercúrio, dá cá os jornais do dia.

MERCÚRIO — Sim, meu senhor. (*Procurando os jornais*). Sempre me admira muito como é que Vossa Claridade pode ler tantos jornais. São todos interessantes? Olhe, aqui tem o *Escorpião*.

DOM SOL — Uns mais que outros; mas ainda que não tivessem interesse nenhum, era preciso lê-los, para saber do que vai pelo Universo. Já chegou a *Via-Láctea*?

MERCÚRIO — Aqui está.

DOM SOL — Esta folha é das menores; tem uma circulação de trezentos bilhões de exemplares.

MERCÚRIO — Já não é mau! Aqui está o *Eclipse* e a *Fase*...

DOM SOL — Não são tão bons.

MERCÚRIO — O *Crescente*, a *Bela Estrela Canopo* e a *Revista das Constelações*. Creio que é tudo. Falta só o *Cometa*, mas, como sabe, só aparece de longe em longe; dizem até que vai fechar a porta.

DOM SOL — (*distraído*) *Il faut qu'une porte soit ouverte ou fermée*.

MERCÚRIO — Gracioso! mui gracioso!

DOM SOL — (*à parte*) O que eu disse não tem graça nenhuma; foi uma coisa como qualquer outra, mas ele há de rir por força. (*Alto*) Bem, agora deixa-me.

MERCÚRIO — Perdão, mas... acho aqui uma folha que nunca vi... *Diário do Brasil*. Vossa Claridade conhece-a?

DOM SOL — *Diário do Brasil*? Não.

MERCÚRIO — Estava aqui com as outras; são três números. Creio que é da Terra...

DOM SOL — Mercúrio, tu sabes que eu da Terra só leio o que diz respeito ao aspecto do céu, e isso mesmo só para saber que figura fazemos lá embaixo. *Diário do Brasil*? Tu vêes que até o título é bárbaro. Leva, leva...

MERCÚRIO — (*percorrendo um número*) Contudo, há coisas interessantes... Oh! cá está o nome de Vossa Claridade; é uma carta que lhe mandam. Há de haver outras nos outros números. Cá está mais uma, mais duas.

DOM SOL — Cartas a mim? Eles que me escrevem, é que têm alguma coisa nova ou interessante na cabeça. Se assim não fosse, não me escreveriam.

MERCÚRIO — Exato! perfeitamente exato!

DOM SOL — (*à parte*) Isto que acabo de dizer é inteiramente falso; mas a manha dele é achar exato tudo o que não acha gracioso. (*Alto*) Mercúrio, preciso de estar só; vai ali à constelação da Grande Ursa fazer-lhe uma visita.

MERCÚRIO — Obedeço! (*À parte*) Os tais números do *Diário do Brasil* foram recebidos por mim mesmo à porta do Firmamento, para fazê-los chegar às mãos de Sua Claridade. Esperemos agora o efeito da leitura. (*Sai*).

DOM SOL — Vejamos as tais cartas. São três... Tratam-me com muito azedume e ainda pior. Elemento quê?... Servil. Não sei o que é. Elemento servil? Eu só conheço os antigos elementos, que eram quatro, e hoje andam às dúzias. Diz aqui que eu, se mergulhar numa pipa de azeite não saio incólume; mas é que eu não mergulho. Para que diabo havia de mergulhar numa pipa de azeite? Confesso que não entendo. (*Depois de algum tempo*). Aqui parece que se me exorta a não esquecer um inolvidável dever, e não acho isto bom, porque o dever é coisa tão

árdua, que, ainda sendo inolvidável, por ser olvidável. Provavelmente a palavra está na moda; lá que é bonita, é. Inolvidável! Já me disseram que naquele país certas palavras são como o feitio do fraque, aparece um com um feitio novo, todos pegam do feitio, até abandalhá-lo; depois vem outro. Houve o feitio *imaculado*, depois veio o feitio *incomparável*, depois o feitio *nítido*, agora é o *inolvidável*. (*Pausa*). Começo a ficar aborrecido. Mercúrio!

MERCÚRIO — Pronto!

DOM SOL — Já tinhas saído?

MERCÚRIO — Já, sim, Senhor; estava ali a cinco mil quilômetros, quando Vossa Claridade se dignou chamar-me.

DOM SOL — Mercúrio, eu não entendo estas cartas. Dizem-me coisas de que não sei absolutamente nada. Eu não mandei ninguém soprar coisa nenhuma no seio da Representação Nacional. Não sei mesmo onde é que ela fica. É alguma constelação nova?

MERCÚRIO — Saberá Vossa Claridade que, metaforicamente, por chamar-se uma constelação, mas não o é, no natural sentido.

DOM SOL — Então o que é?

MERCÚRIO — Com sua licença, é a assembléia das pessoas que povo escolhe para tratar dos seus negócios, fazer as leis, votar os impostos. Compõe-se de uma maioria e uma minoria.

DOM SOL — Mas então este pedaço de carta alude à Lua, que também se divide em minguante e crescente...

MERCÚRIO — Gracioso! Mui gracioso!

DOM SOL — (*à parte*) É insuportável! Os senhores são testemunhas de que eu disse aquilo somente para matar o tempo, mas o diabo acha gracioso tudo o que não acha exato. (*Alto*) Mercúrio, estas cartas provavelmente são para o Imperador daquele país. Chamam-lhe sol, como a Luís XIV, mas é pura sinonímia, não tem nada comigo.

MERCÚRIO — E o mais é, que bem pode ser assim. Pois agora direi a Vossa Claridade, que eu mesmo é que as recebi à porta, com recomendação de as entregar em mão. É o que foi; enganaram-se com o nome.

DOM SOL — Manda-as ao Imperador, que naturalmente terá recebido muitas outras. Sabes se ele guarda-as todas?

MERCÚRIO — Não, meu senhor, não sei.

DOM SOL — Eu, no caso dele, só guardava as que tivessem estilo. Olha, Mercúrio, os arrufos passam, mas o estilo fica. (*À parte*) Entendam lá este paspalhão: agora que eu disse uma coisa melhorzinha, é que ele se deixa estar calado.

## 26 de junho

Custódio e Cristo Júnior! Tais são os nomes de duas interessantes criaturas, cujos feitos andam nas folhas públicas e nos anais judiciários. Podia dizer isso em palavras menos graves, mas então descairia do assunto, que é gravíssimo, e das pessoas e dos nomes.

Vejamos o que fez Custódio: depois vejamos o que fez Cristo Júnior.

Custódio (subentende-se anjo Custódio) não fez absolutamente nada. Foi Deus que matou as reses, ou então foi algum perverso que as envenenou. O certo é que elas apareceram ervadas e mortas, na chácara Castanheiro, que o leitor da Corte não conhece, nem eu, porque fica em Sorocaba. Custódio o que fez, foi pegar das reses, cortá-las, salgá-las e vendê-las.

Daí alvoroço, pesquisa e interrogatório. Custódio confessa nobremente o que fez e o que não fez. O que fez, foi como digo, cortar e salgar as reses; mas nem foi ele que as matou, nem (atenção!) as vendeu para Sorocaba, mas para fora, para longe, para onde nenhum sorocabano lhes metesse o dente.

Trago isto à colação, como dizia o outro, para perguntar ao leitor como é que procederia, se tivesse de julgar este homem. Ele é verdade que ia vender as reses envenenadas, que receberia por elas um cobrinho, compraria um burro, talvez dois, talvez três burros, viria à Corte, ao teatro, para rir um pouco, mas é certo que não as ia vender em Sorocaba. *Une nuance, quoi!* Ia vendê-las alhures, na Limeira, em São José dos Campos, longe dos olhos, longe do coração. Se há uma virtude universal e outra nacional, por que não há de haver uma virtude municipal? Verdade em Sorocaba, erro na Limeira. Para os ventres da Limeira, Custódio é execrando; para os de Sorocaba, é angélico, verdadeiro Custódio, Custódio sem mais nada.

Cristo Júnior não fez a mesma coisa, mas não é menos sutil o problema que oferece, nem menos nobre o seu impulso. Não se trata de um martírio, como se pode crer pelo nome; não morreu nem morrerá na cruz. Entretanto, o nome de Cristo Júnior parece estar aqui para distingui-lo do outro Cristo, que é o Sênior. Chamamos-lhe simplesmente Júnior.

Júnior parece que falsificava uns bilhetes de loteria, e entrou a vendê-los. Aparentemente, é um crime; mas se atentarmos bem, veremos que é, pelo menos, meia virtude.

Convém notar que Júnior pode ter cedido a uma tal ou qual comichão interior. Santo Antônio teve igual prurido, e resistiu, donde lhe veio a canonização; Júnior não resistiu. Comendo-lhe o caráter, não pôde deixar de meter-lhe as unhas e coçá-lo até faltar a epiderme. Em termos lisos, Júnior teve cócegas de falsificar alguma coisa neste mundo, fosse o que fosse, à escolha, virtude ou vício; e escolheu o vício.

Podia imitar uma nota de duzentos mil-réis (bela e rara virtude!) mas preferiu os dez tostões da loteria, e fez uma imitação tão perfeita, que ia dando com os burros (do vizinho) n'água. O pior que podia acontecer à gente, era ficar com os bilhetes brancos na mão; mas nem seria a primeira vez nem a última.

— Compre este número! Olhe esta loteria, que tem um bonito plano! clamam os rapazes na Rua do Ouvidor, esquina do Beco das Cancelas, quando metem à cara da gente os seus bilhetes.

Júnior tinha um plano muito superior, que era ficar do mesmo modo com os cobres, e deixar nas mãos da gente a sombra de uma sombra. Mas como era o vício de um vício, podemos contá-lo por meia virtude.

Meia virtude ou virtude municipal, é a virtude posta ao alcance de todas as bolsas. Custódio ou Júnior, ou qualquer outro nome, que eu de nomes não curo, como dizia o Garrett, que Deus tenha por lá muitos anos sem mm.

## 1 de julho

Não concordo absolutamente com a censura feita ontem pelo *Jornal do Comércio* aos nossos costumes parlamentares, e não concordo por três razões tão grandes, que não sei qual delas é maior. A censura, como todos leram, teve por objeto a demora na discussão da proposta da emissão de vinte e cinco mil contos, que foi apresentada a 25 de maio, e só agora chegou ao Senado.

A primeira razão, por mais que a achem má, é sólida e legítima. Há folgas extraordinárias na Câmara, dias de repouso, dias de chuva, e todo o sábado vale domingo. É isto novo? Abra o *Jornal do Comércio*, o livro dos *Anais*; veja a sessão de 25 de agosto de 1841, e leia um discurso que lá vem do finado Otôni (Teófilo).

Não é preciso lembrar que 1841 valia para nós uma segunda virgindade política. Acabava-se de declarar a Maioridade, parecia que o Parlamento ia ser o beijinho da gente. Entretanto, Otôni declarou a 25 de agosto de 1841 que muitos deputados da maioria gostavam de ficar nas suas chácaras, divertindo-se. "Outros (exclama ele) querem ir patuscar à Praia Grande!" E mais adiante afirma que é comum suceder não haver casa só porque chove um pouco. O melhor é transcrever este trecho por inteiro:

"V. Exa. sabe que eu não tenho medo do mau tempo (concluiu Otôni), que qualquer que ele seja, apresento-me na casa, e às vezes deixo de entrar, porque me revolta ver que, tendo eu vindo com o meu guarda-chuva debaixo d'água, muitos senhores se deixam ficar em casa; de modo que às vezes deixa de haver casa porque chuveira um pouco".

Lealmente, que culpa pode ter a geração de hoje de um costume tão velho? Ou querem negar as leis do atavismo? Note-se até uma circunstância, que, por ser grave, deve pesar no nosso juízo acerca dos contemporâneos. O discurso de Otôni era a propósito da ata de 24, dia santo então, no qual a Câmara resolveu trabalhar. Resolveu na véspera, e não se reuniu; e, segundo o Cônego Marinho, que falou depois de Antônio Carlos, os que não compareceram foram justamente os que votaram que se trabalhasse. Não posso dizer se isto foi assim mesmo, porque, a despeito das calúnias de um tal Lulu Sênior, ainda não era nascido; mas o meu amigo João Velhinho, cuja memória conserva a mesma frescura de outros tempos, jura que estava lá, e que o Cônego Marinho tinha razão; lembra-se como se fosse hoje.

A segunda razão que me faz recusar a censura é que, em geral, as discussões de tais propostas são a ocasião mais apropriada para tratar de tudo, e que não se pode tratar de tudo como um gato passa por brasas. Ou seja um assunto qualquer, pequeno, local, indiferente, — ou seja uma dessas belas teorias, amplas, vagas, assopradas, tudo leva tempo e, se além de tudo, ainda se há de falar da própria matéria da proposta, é claro que não se pode gastar menos de um mês ou mais.

A terceira razão (e isto responde a qualquer objeção que me façam com a Câmara dos Comuns ou outras), a terceira razão é que se dá com os governos o que se dá com outros produtos naturais: o meio os modifica e altera. Lá nas outras câmaras pode ser que as coisas marchem de diverso modo. Mas segue-se que, por termos a mesma forma externa, devamos ter o mesmo espírito interior? Seria cruel exigilo. Seria admitir que o cabeleireiro faz o dândi. Maria Cristina dizia uma vez ao famoso Espartero: — Fiz-te duque; nunca te pude fazer fidalgo.

E agora reparo que essa última razão ainda me dá outra, uma quarta razão, não menos esticada dos colarinhos. Assim como um governo sem equidade só se pode manter em um povo igualmente sem equidade (segundo um mestre), assim



também um Parlamento remisso só pode medrar em sociedade remissa. Não vamos crer que todos nós, exceto os legisladores, fazemos tudo a tempo. Que diria o sol, que nos deu a rede e o fatalismo?

## 8 de julho

O que é política? Aqui há anos, creio que por 1849, lembrou-se alguém de propor uma questão em um jornal. A questão era saber o que é honra. Em vez, porém, de escrever deveras aos outros, coligir as respostas e publicá-las, engendrou as respostas no escritório, e deu-as a lume.

Compreende-se que isso se fizesse em 1849. Naquele tempo fazia-se a eleição a bico de pena. Mas, depois da lei de 1880, não há meio de recorrer a outra coisa que não seja o sufrágio direto.

Foi o que fiz em relação à política. Peguei de tudo o que sabia nesta matéria (e não valia dois caracóis), arranjei um embrulho e mandei deitá-lo à praia. Depois escrevi uma carta aos meus concidadãos, pedindo-lhes que me dissessem francamente o que consideravam que fosse política, e dispensando-os de citar Aristóteles nem Maquiavelli, Spencer nem Comte, não só porque apenas se devem citar os devedores remissos (e Deus sabe se aqueles quatro são credores de meio mundo!), como porque os referidos autores são estranhos completamente ao

Tirolito que bate, bate,  
Tirolito que já bateu.

Relativamente a este *Tirolito*, disse-lhes que era uma cantiga, e que as cantigas, ao contrário do que queria o nosso Álvares de Azevedo, fazem adiantar o mundo. *Ils chantent, ils payront*, dizia não sei que profundo político francês; e o nosso maestro Ferrari, original como um bom italiano, emendou a máxima, e aplicou-a aos nossos dias: *Nous chanterons, ils payeront*. Um e outro são muito superiores aos mestres apontados.

Não tardou que o correio começasse a entregar-me as respostas; e, como eu não pagava o porte, reconheci que há neste mundo uma infinidade de filhos de Deus, ou do diabo que os carregue, que estão à espreita de um simples pretexto para comunicar as suas idéias, ainda à custa dos vinténs magros.

Não publico todas as definições recebidas, porque a vida é curta, *vita brevis*. Faço, porém, uma escolha rigorosa, e dou algumas das principais, antes de contar o que me aconteceu neste inquérito, e foi o que se há de ver adiante, se Deus não mandar o contrário.

Uma das cartas dizia simplesmente que a política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas. Outra afirmava que a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz. Outra, que é, estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha. Um secretário de *club* dançante jura que a política é dar excelência às moças, e não lhes pôr alcunhas quando elas já têm para esta. Segundo um morador da Tijuca, a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem.

Muitas cartas são tão longas e difusas, que quase se não pode extrair nada. Citarei dessas a de um barbeiro, que define a política como a arte de lhe pagarem as barbas, e a de um boticário para quem a verdadeira política é não comprar nada na botica da esquina.

Um secretário de Comte (viver às claras) afirma que a política é berrar nos bondes, quer se trate dos negócios da gente, quer dos estranhos.

Não entendi algumas cartas. A letra de outras é ilegível. Outras repetem-se. Cinco ou seis dão como suas, opiniões achadas nos livros. Uma dama gamenha escreveu-me, dizendo que a política é praticar com os olhos o que está no Evangelho de São Mateus, cap. VII, verso 7: "batei e abrir-se-vos-á".

Note-se que, em todo esse montão de cartas, não há uma só deputado ou senador, e contudo escrevi a todos eles pedindo uma definição.

Minto; o Sr. Zama deu-me anteontem uma resposta, embora indiretamente. S. Exa. disse na Câmara que quer a abolição imediata, mas aceitou o projeto passado e aceita este, pela regra de Terêncio: quando não se pode obter o que se quer, é necessário que se queira aquilo que se pode. Regra que me faz lembrar textualmente aquela outra de Thomas Corneille:

*Quand on n'a pas ce que l'on aime.  
Il faut aimer ce que l'on a.*

Terêncio ou Corneille, tudo vem dar neste velho adágio, que diz que quem não tem cão, caça com gato. É oportunismo, confesso; mas prefiro-lhe o aparte de um deputado, no discurso do Sr. Rodrigues Alves, quando este tachava um presidente de interventor, não porque recomendasse candidatos, mas porque fez favores a amigos destes. "Queria que os fizesse aos amigos de V. Exa.?" perguntou um colega. Tal qual a política do boticário: não comprar na botica da esquina.

## 19 de julho

Conheço um homem que, além de acudir ao doce nome de Guedes, acaba de receber um profundo golpe moral, desfechado pelo Sr. Visconde de Santa Cruz.

Ponha o leitor o caso em si. Há trinta anos, ou quase, que o Guedes espreita um trimestre de popularidade, um bimestre, um mestre que fosse, para falar a própria linguagem dele. Ultimamente, já se contentava com uma semana, um dia, e até uma hora, uma só hora de popularidade, de andar falado por salas e esquinas.

Não se imagina o que este diabo tem feito para ser popular. Deixo de lado 1863, por ocasião da Questão Christie, em que ele propôs-se a ir arrancar as armas da legação inglesa. Só achou cinco imprudentes que o acompanharam; e, ainda assim, saiu com eles da Rua do Ouvidor, a pé. No Largo da Lapa achou-se com quatro; na Glória, com três, no Largo do Valdetaro, com dois, e no do Machado com um, que o convidou a voltar para a Rua do Ouvidor.

Mais tarde, vendo passar o coche triunfal do Rio Branco, por ocasião da lei de 28 de setembro, compreendeu que era um bom veículo de molas, vistoso, e atirou-se à traseira; mas já lá achou outros, que o puseram fora a pontapés, e o meu pobre Guedes teve de voltar à obscuridade.

Tentou outras coisas. Tentou uma orchata higiênica, uma loteria de crianças, uma polca, uma rua e uma casa de fazendas baratas. Falhou tudo. A polca dançou-se muito, mas ninguém lhe decorou o nome. A rua, Rua João Guedes, trouxe-lhe um singular destempero. Um dia, sendo apresentado a uma família, disseram-lhe todos com ingenuidade — "Ah! o senhor tomou o nome daquela rua em que morou um primo nosso!"

Afinal, deitou os olhos para o fechamento das portas; e o leitor não é capaz de adivinhar quando foi que a atenção se lhe voltou para ali. Foi por ocasião da morte de Ester de Carvalho. Entre os artigos fúnebres que então apareceram, um houve em que se convidava os esteristas a lançarem mão do movimento

produzido pela morte da distinta atriz para alcançar o fechamento das portas. O Guedes refletiu: estava achada a popularidade.

A questão era pertencer à Câmara Municipal; e o meu amigo fez tudo o que pôde para isso. Sempre derrotado e sempre resoluto, esperava ali meter o pé, um dia, quando o Sr. Visconde de Santa Cruz propôs, e os seus colegas aprovaram, que as portas se fechassem aos domingos e dias santos. Foi o mesmo que arrancarem-lhe o bocado da boca.

Agora, se realmente quer popularidade, abra mão de planos complicados; limite-se a fazer anunciar, por meio de alusões engenhosas, que é o Guedes, o célebre Guedes, que é esclarecido, e varie os termos, passe de esclarecido a ilustrado, e de ilustrado a eminente, e acrescente que é bonito, *ce qui ne gête rien*. O leitor não acredita, nos primeiros quinze dias; no fim de vinte fica um tanto perplexo; passados trinta, pergunta se realmente não se enganou; ao cabo de cinquenta, jura que se enganou, que é o Guedes, o verdadeiro Guedes. Três meses depois, mata a quem lhe disser o contrário.

Faça isto, meu amigo; é o segredo do mulungu composto e da salsaparrilha, tanto da de Bristol como da de Sands. Esperar cadeira de vereador é muito demorado. E depois, as idéias são tão poucas — digo os motivos de popularidade, — que quando a gente está pensando em plantar uma, já outro está colhendo os frutos da que plantou também; e a gente não tem remédio senão recorrer à única cultura em que não há concorrência de boa vontade, que é plantar batatas. É a ocupação atual de todos os Guedes.

## 26 de julho

Venha de lá esse abraço; trago-lhes um divertimento para passarem as noites.

Nem todos terão treze mil-réis para dar por uma cadeira do Teatro Lírico. Eu tenho cinco; faltam-me oito. Podia ir ao Teatro de São Pedro, onde a cadeira custa menos; mas eu só entendo italiano cantado, e a Duse-Checchi não canta. Fui lá algumas vezes levado pelo que ouvia dizer dela e da companhia; fui, gostei muito do diabo da mulher, fingi que rasgava as luvas de entusiasmo, para dar a entender que sabia daquilo; nos lugares engraçados ria que me escangalhava, muito mais do que se fosse em português; mas, repito, italiano por música.

Nos outros teatros dizem-me que só há peças, ou muito tristes, ou demasiado alegres. Ora, eu não sou alegre, mas também não sou triste. Meu avô, que era carneiro de Panúrgio, não passava de sorumbático. Ir ao teatro para cair num daqueles dois extremos, e adoecer, não posso.

Pode-se, é verdade, ler os jornais à noite, e assim matar o tempo. Mas como deixar esfriar notícias importantes? Vá que o façamos nos dias em que eles, para acudir aos cochilos da agência Havas, transcrevem da *Nación*, de Buenos Aires, notícias telegráficas da vida política e internacional do mundo; mas como fazê-lo, quando, ainda há dias, a mesma agência nos comunicou este caso grave: "Adelina Patti ganhou o processo de divórcio contra o seu marido, o Marquês de Caux".

Façam-me o favor de dizer com que cara ficaria um homem que se respeita, andando pela rua, e ouvindo perguntar a todos se sabiam do grande sucesso, do sucesso indescritível e incomensurável, o sucesso dos sucessos: Adelina e Caux estão judicialmente separados. — Não me diga isto! — É o que lhe digo: estão separados.

Tudo isto me levou a propor um divertimento barato para as famílias honestas e econômicas, um jogo de prendas. Não se riam: o jogo de prendas já foi o nosso

teatro lírico.

Joga-se com qualquer número de pessoas, mas nunca menos de dez. Podem ser vinte, trinta, quarenta, e quanto mais melhor. Cada pessoa escolhe um personagem. Um é o vigário, outro o sacristão, outro o sineiro, outro o moleque do vigário, outro o coadjutor, outro o barbeiro, e etc. Chama-se *o roubo do consulado*. Joga-se completamente às escuras.

O diretor do jogo coloca-se no meio da sala, e conta que, tendo desaparecido as sobrepelizes da igreja, é provável que estejam na casa da costureira do vigário. Acode a costureira:

— Mentos tu!

— Onde estavas tu?

— Estava em casa do sineiro.

Acode o sineiro:

— Mentos tu!

— Onde estavas tu?

— Em casa do sacristão.

Contesta o sacristão:

— Mentos tu!

— Onde estavas tu?

— Estava em casa do coadjutor.

E assim por diante até correr a roda toda. Acabada a roda, volta-se ao princípio, e repete-se a mesma coisa com os mesmos personagens, até dez e meia ou onze horas, que é boa hora de cear e dormir.

Há uma particularidade neste jogo: é que ninguém paga prenda. Dei-lhe o nome de jogo de prendas tão-somente para definir um divertimento de família. Ninguém paga nada. Quando acontece que algum dos personagens não responde à citação, a obrigação do outro é repetir o nome, até que ele responda. Uma vez respondido, passa-se adiante.

Escusado é dizer que as sobrepelizes não aparecem nunca; são apenas uma convenção.

Pode ser que lhe mude o nome; dizem-me que *inquérito* é melhor que *roubo do consulado*, justamente por não se falar em consulado; mas confesso que pus este disparate do nome para lhe dar alguma graça.

Qualquer que seja o nome, cuido que ficará popular nestas noites úmidas e aborrecidas. Tem a vantagem de não cansar. Faz-se uma noite, repete-se na noite seguinte, sem fatigar absolutamente nada: é muito superior ao da berlinda, e não obriga ninguém a ir para ela.

As festas da Independência, este ano, são devidas especialmente à Câmara Municipal, e devem ser-lhe levadas em conta, quando se houver de julgá-la. Valha por isso, que valerá bastante.

O que se lhe dispensava era envolver nas festas um epigrama. Não digo que um epigramazinho bem afiado não tenha seu lugar; mas a ocasião é que era inoportuna.

A Câmara tinha de mandar pintar um quadro e abriu concorrência. Vários foram os pintores que acudiram ao chamado do edital, declarando na forma dele os preços. A Câmara examinou não os quadros, que os não há ainda, nem esboços, examinou os preços e escolheu o mais barato.

Com franqueza, a Câmara não tinha o direito de ser cruel, mormente agora que nos convida a celebrar a nossa data nacional.

Para que vir dizer-nos que somos Cartago e não Atenas? que o preço módico é o nosso princípio estético? etc., etc. Supõe a Câmara que o sabe melhor do que nós mesmos? Não; nós o sabemos e confessamos. A diferença é que o confessamos com humildade e franqueza, e isto mesmo indica que temos aptidão para a emenda, e que (com o favor de Deus) havemos de emendar-nos um dia.

Não se pode ser tudo ao mesmo tempo, César e João Fernandes. Vamos sendo João Fernandes, por ora — o comendador João Fernandes; dia virá em que sejamos César.

Também não gostei que a Câmara agravasse o epigrama com uma razão administrativa e um conselho de caçoada. A razão é que lhe cabe zelar os dinheiros municipais e o conselho é o que deu um dos vereadores para que o concurso fosse decidido por uma comissão de artistas. Nem um nem outro valeu muito; a razão, porque a Câmara não tratava de calçar a minha rua, necessidade urgente e da natureza daquela em que toda a economia é benefício; — o conselho, porque, se os artistas é que haviam de decidir, então eles é que deveriam estar na Câmara.

Digo isto, sem o menor espírito de zanga, por mais que me sinta mortificado. Digo só porque não quisera que, quando a Câmara celebra o grande dia nacional por um modo elevado como a emancipação de escravos, nos desfechasse um golpe destes.

Eu, pelo que me toca, se não dou, nem dei nunca mais de quinze mil-réis por um quadro, seja ele do diabo, é fora de dúvida que sei honrar os que tenho com molduras riquíssimas, largas, todas douradas e já me lembrou pôr duas grandes esmeraldas em um deles, mas o De-Wilde, com quem me entendo nestas coisas, disse-me que não se usa. É por isso que trago as esmeraldas na corrente do relógio.

E faço isso sem diferenciar méritos, em que não entro, faço a todos os quadros que possuo, ainda os que um sobrinho meu costuma dizer que são pratos de erva. Pratos de ervas, vá ele! Se o fossem, já cá estariam no bucho, há muito tempo, e as molduras passariam a outros, que andam bem precisados delas.

Outra prova de que não desadoro as artes é o dinheiro surdo que o Teatro Lírico me tem comido; tão surdo, que, por mais que o chamasse depois, nunca me ouviu nem voltou cá. E as minhas pequenas ainda gostam mais do que eu, porque eu e alguns amigos, um dia irritados com o Ferrari, pateamos o *Dom João* de Mozart, e elas em casa disseram-me que andei mal, e fiquei com a cara à banda mas, repito, não foi nada com o Ferrari, foi com o Mozart, ou o contrário, não me lembra bem.

Portanto, a Câmara, já pelo que toca a outros, já pelo que me toca especialmente, foi injusta e cruel. Que seja econômica e zele os nossos dinheiros, não serei eu que lho tire da cabeça; mas tudo se pode fazer sem ofensa a ninguém, mesmo ainda de quem vendeu os seus votos e está disposto a dar-lhos, contanto que, como hoje, resgate brilhantemente alguns dos seus erros.

## 5 de outubro

Mal adivinham os leitores onde estive sexta-feira. Lá vai; estive na sala da Federação Espírita Brasileira, onde ouvi a conferência que fez o Sr. M. F. Figueira sobre o espiritismo.

Sei que isto, que é uma novidade para os leitores, não o é menos para própria Federação, que me não viu, nem me convidou; mas foi isto mesmo que me converteu à doutrina, foi este caso inesperado de lá entrar, ficar, ouvir e sair, sem que ninguém desse pela coisa.

Confesso a minha verdade. Desde que li em um artigo de um ilustre amigo meu, distinto médico, a lista das pessoas eminentes que na Europa acreditam no espiritismo, comecei a duvidar da minha dúvida. Eu, em geral, creio em tudo aquilo que na Europa é acreditado. Será obcecação, preconceito, mania, mas é assim mesmo, e já agora não mudo, nem que me rachem. Portanto, duvidei, e ainda bem que duvidei de mim.

Estava à porta do espiritismo; a conferência de sexta-feira abriu-me a sala de verdade.

Achava-me em casa, e disse comigo, dentro d'alma, que, se me fosse dado ir em espírito à sala da Federação, assistir à conferência, jurava converter-me à doutrina nova.

De repente, senti uma coisa subir-me pelas pernas acima, enquanto outra coisa descia pela espinha abaixo; dei um estalo e achei-me em espírito, no ar. No chão jazia o meu triste corpo, feito cadáver. Olhei para um espelho, a ver se me via, e não vi nada; estava totalmente espiritual. Corri à janela, saí, atravessei a cidade, por cima das casas, até entrara na sala da Federação.

Lá não vi ninguém, mas é certo que a sala estava cheia de espíritos, repimpados em cadeiras abstratas. O presidente, por meio de uma campanha teórica, chamou a atenção de todos e declarou abertos os trabalhos. O conferente subiu à tribuna, traste puramente racional, levantaram-lhe um copo d'água hipotético, e começou o discurso.

Não ponho aqui o discurso, mas um só argumento. O orador combateu as religiões do passado, que têm de ser substituídas todas pelo espiritismo, e mostrou que as concepções delas não podem mais ser admitidas, por não permiti-lo a instrução do homem; tal é, por exemplo, a existência do diabo. Quando ouvi isto, acreditei de veras. Mande o diabo ao diabo, e aceitei a doutrina nova, como a última e definitiva.

Depois, para que não dessem por mim (porque desejo uma iniciação em regra), esgueirei-me por uma fechadura, atravessei o espaço e cheguei a casa, onde... Ah! que não sei de nojo como o conte! Juro por Allan-Kardec, que tudo o que vou dizer é verdade pura, e ao mesmo tempo a prova de que as conversações recentes não limpam logo o espírito, de certas ilusões antigas.

Vi o meu corpo sentado e rindo. Parei, recuei, avancei e disse-lhe que era meu,

que, se estava ocupado por alguém, esse alguém que saísse e mo restituísse. E vi que a minha cara ria, que as minhas pernas cruzavam-se, ora a esquerda sobre a direita, ora esta sobre aquela, e que as minhas mãos abriam uma caixa de rapé, que os meus dedos tiravam uma pitada, que a inseriam nas minhas ventas. Feitas todas essas coisas, disse a minha voz.

— Já lhe restituo o corpo. Nem entrei nele senão para descansar um bocadinho, coisa rara, agora que ando a sós...

— Mas quem é você?

— Sou o diabo, para o servir.

— Impossível! Você é uma concepção do passado, que o homem...

— Do passado, é certo. Concepção vá ele! Lá porque estão outros no poder, e tiram-me o emprego, que não era de confiança, não é motivo para dizer-me nomes.

— Mas Allan-Kardec...

Aqui, o diabo sorriu tristemente com a minha boca, levantou-se e foi à mesa, onde estavam as folhas do dia. Tirou uma e mostrou-me o anúncio de um medicamento novo, o *rábano iodado*, com esta declaração no alto, em letras grandes: "*Não mais óleo de fígado de bacalhau*". E leu-me que o rábano curava todas as doenças que o óleo de fígado já não podia curar — pretensão de todo medicamento novo. Talvez quisesse fazer nisto alguma alusão ao espiritismo. O que sei é que, antes de restituir-me o corpo, estendeu-me cordialmente a mão, e despedimo-nos como amigos velhos:

— Adeus, rábano!

— Adeus, fígado!

## 11 de outubro

Hão de lembrar-se da minha aventura espírita, e da promessa que fiz, de iniciar-me na nova igreja. Vão ver agora o que me aconteceu.

Fui iniciado quinta-feira, às nove horas da noite, e não conto nada do que se passou, porque jurei calá-lo, por todos os séculos dos séculos. Uma vez admitido no grêmio, preparei as malas para ir estabelecer-me em Santo Antônio de Pádua.

Claro era o meu plano. Metia-me na vila, deixava-me inspirar por potências invisíveis, predizia as coisas mais joviais ou mais melancólicas deste e do outro mundo, reunia gente, e fundava uma igreja filial. Antes de seis meses podíamos ter ali um bom contingente.

Vejam, porém, o que me sucedeu. Era hoje que devia abalar daqui. Tudo estava pronto, malas, alma e algibeiras, quando li o código de posturas da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua, que está sujeito à aprovação da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Nesse código leio este ominoso artigo, o art. 113:

"Fica proibido fingir-se inspirado por potências invisíveis, ou predizer coisas tristes ou alegres".

Caiu-me a alma aos pés. Daí a alguns minutos reli o artigo, para ver se me não enganara. Dei-o a ler ao meu criado e a dois vizinhos; todos eles leram a mesma

coisa, como este acréscimo, que me escapou, que o infrator pagará de multa 50\$ e terá oito dias de prisão.

Não me digam que o artigo apenas veda a simulação. Os fiscais de Santo Antônio de Pádua não podem saber quando é que a gente finge, ou é deveras inspirado. Jeremias, que lá fosse, e o seu secretário Baruch podiam dizer pérolas; iriam ambos parar à cadeia porque o art. 113 não explica por onde é que se manifesta a simulação.

Desfiz tudo, as malas, a alma e as algibeiras. Peguei em mim e atirei-me à rede, com o famoso código na mão, resolvido a achar-lhe algum ponto em que lhe pegasse. Não achei nada. Ao contrário, todas as suas disposições mostram espírito precavido, delicado e justo; ao menos, é o que imagino, porque ao cabo de cinco minutos dormia a sono solto.

Acordei agora mesmo para ir jantar. Podia dizer-lhes ainda alguma coisa, mas não tenho alma para nada. Lá se foi todo o meu plano! Bárbaro código! Torturas do diabo! Aqui na Corte, a gente pode dizer, por meio de cartas de jogar, uma porção de coisas alegres ou tristes, e ainda em cima recebe dois mil-réis, ou cinco, se a notícia é excelente e a pessoa é graúda, e ninguém vai para a cadeia; ao passo que ali em uma simples vila do interior...

## 26 de outubro

Além de outras diferenças que se podem notar entre o sol e a chuva, há esta — que o sol, quando nasce, é para todos, como diziam as tabuletas de charutaria de outro tempo, e a chuva é só para alguns.

Hoje, por exemplo, levanto-me com chuva, e fico logo aborrecido, desejando não sair de casa, não ler, não escrever, não pensar — não fazer nada. A mesma coisa acontece ao leitor, com a diferença que ele faz ou não faz nada se quer, e eu hei de pegar do papel e da tinta, e escrever para aí alguma coisa, tenha ou não vontade e assunto.

Vontade já se vê que não. Assunto ainda menos; não posso dar tal nome ao caso do matadouro, que é antigo, e está ficando (perdoe a sua ausência) um tanto amolador. Já lá vão sete ou oito dias; creio que é uma boa idade para qualquer negócio que se respeite, recolher-se a bastidores, e dar lugar a outros.

Foi o que fizeram as barraquinhas. As barraquinhas eram umas meninas bonitas, gorduchas, que apareceram aqui roendo biscoitos, e nos divertiram muito há menos de um mês. Não se demoraram mais; tão depressa viram aparecer o matadouro, esquivaram-se com a mesma discricção com que a gente deixa um salão de baile.

Assim fez o montepio. Uma noite, recebemos convite para assistir ao belo fogo de artifício com que o montepio entendera fazer-nos lembrar os tempos antigos da Lapa e de Mato-porcós. Fomos, e não há dúvida que, no gênero, foi coisa galante, muito animada, principalmente a luta final da fragata com as fortalezas. Acabado o fogo, deu-nos uma ceia; mas lá porque nos deu fogo e ceia, não nos obrigou a ficar em casa dele, e antes das duas horas da manhã estávamos todos no vale de lençóis, esquecidos do anfitrião.

Não procedeu diferentemente o caso do consulado. Um dia de manhã, fomos acordados ao som de aldrabadas fortes, que atroavam a casa toda; mandamos ver quem era; era um distinto cavalheiro, que pedia licença para vir cumprimentar-nos. Recebemo-lo como merecia. Homem discreto e manso, não sabia nada, não sabia sequer da morte de Sesóstris. E bem vestido, note-se, corretamente vestido



e engomado. Convidamo-lo para almoçar; almoçou, fez-nos o favor de elogiar as batatas, mas não disse o nome delas, por mais que lho pedíssemos. Não sabia o nome, não sabia nada. Acabado o almoço, não esperou que lhe déssemos o menor sinal de desagrado ou de impaciência: pegou no chapéu, disse que ia ali e já voltava e safou-se.

E assim os outros. Chegam, aturdem nos primeiros minutos, depois dão algumas horas de palestra, bebem dois goles de chá, e adeus.

Portanto, não tenho assunto. Não hei de, à falta dele, meter-me a encarecer alguma ação bonita. As boas ações têm o preço na consciência dos que as praticam; elogiá-las muito é ofender a modéstia dos autores. Lá uma ou outra palavrinha doce, — não muito doce, — um aperto de mão, e, se houver copo d'água, um bom par de queixos, sim, senhor, é comigo. Querer, porém, que eu, além do trabalho de digerir o jantar de um homem, venha cá para fora dizer que ele é virtuoso, não é comigo, é aqui com o meu vizinho. Nesse caso preferia roer num duro escândalo, a papar o melhor guisado deste mundo.

São gostos. É como o *Cristo* de Bernardelli. Com franqueza, acho que estão fazendo barulho demais. Já se fala em dar a mão ao rapaz, já ele é um bom talento, já tem grande futuro, e outras coisas desse jaez, como se todos não fôssemos filhos de Deus, e se Deus, para fazer escultor a um homem, precisasse saber primeiro se ele se chama Bernardelli.

Também eu gosto de mármore. Tenho cá em casa uma pia de lavar as mãos, que é de mármore; não é tão bonito como o do *Cristo*, mas não é feio. O que há, é que o uso já o tem estragado bastante. Custou-me oitenta mil-réis, tudo; oitenta ou cem, tenho as contas guardadas.

Afinal, vão ver que tudo isso são balelas de estudantes. Eu, que lá fui à academia duas vezes (a segunda foi para falar a um empregado que me deve quinze mil-réis) vi sempre estudantes que entravam, com os seus livros debaixo do braço, e ficavam pasmados diante do grupo. Não os censuro, por isso; são rapazes. Também eu fui rapaz; também gostei de bonecos.

## 6 de novembro

O Sr. Ministro da Justiça entende que os tabeliães devem (com perdão da palavra) tabelionar. Entende que arrendar o ofício não é exercê-lo, segundo a intenção da lei.

Perdoe-me S. Exa.. Essa doutrina é subversiva, não da ordem legal, mas da ordem natural, o que é pior. As leis reformam-se sem risco; mas torcer a natureza não é reformá-la, é deformá-la.

Ponhamos de parte o caso de verdadeira doença do serventuário, que o obrigue a pedir licença. Vamos ao princípio geral. S. Exa. confunde nomeação e vocação. Ponhamos o caso em mim. Eu, se amanhã me nomearem bispo, poderia receber com regularidade a cômputo e os emolumentos; mas, por falta de vocação, preferia uma boa rede a todas as câmaras eclesiásticas. S. Exa. dirá, porém, que esta hipótese é absurda; aqui vai outra.

Suponhamos que no dia 15 de janeiro, por uma dessas inspirações geniais que o Céu concede aos povos nos momentos supremos da História, elegem-me deputado. Vocação, aquilo que se chama vocação ou aptidão parlamentar, não a tenho; mas tenho respeito à vontade do eleitor, à indicação das urnas, e, para conciliar a ordem soberana com a minha inópcia, dividiria o tempo de maneira que fosse algumas vezes à Câmara. Poderia o eleitor, em tal caso, obrigar-me a

conhecer as matérias, estudá-las, expô-las, redigir pareceres, fazer discursos? Não; era cair no mesmo erro de deformar a natureza com o intuito de reformá-la. O mais que o eleitor podia e devia fazer, era afirmar o seu direito soberano, elegendo-me outra vez.

O caso dos tabeliães é mais grave. Não se trata de um cargo temporário, como o de deputado, nem se lhe pode dar, como a este, um tal ou qual exercício mínimo e aparente, por meio de alguns papéis à Câmara. O ofício é vitalício, e exerce-se ou não. Exercê-lo sem vocação é produzir dois grandes males, em que S. Exa. não advertiu. Constrange-se um espírito apto para outra coisa a definhar nos recessos de um cartório, e arrisca-se a fazenda particular aos descuidos possíveis de quem faz as coisas sem amor.

Veia agora o contrário. Dê-me Sua Exa. um desses ofícios. Eu, que não nasci para ele, vou ter com outro, que nasceu, que sabe, que ama a escritura e o traslado, e digo-lhe: — Velho é o adágio que diz que onde come um português, comem dois e três, e nós não podemos desmentir a origem nacional. Você fica aqui, que eu já volto.

Não voltava, é claro. E ganhávamos todos, começando pela ciência, porque eu, mineralogista de algum valor, iria viver o resto dos meus dias examinando as pedras de Petrópolis e da Tijuca, e até as da Rua do Ouvidor, que, por estarem à mão, — ninguém sabe o que valem. Não conto a vantagem do Governo, que acomodaria assim duas pessoas na mesma cama. S. Exa. tem uma escapatória que é esta: — recusar o ofício. Mas eu pergunto se era decente fazê-lo; pergunto se, vindo o Estado a mim, e dizendo-me: "Cidadão, partícula de mim mesmo, aqui tens este ofício, exerce-o, segundo as leis e os costumes, escuta a viúva, atende ao herdeiro, ouve o vendedor e o comprador, lavra, traslada, registra", — pergunto se, em tal caso, tinha eu o direito de recusar. Evidentemente, não.

Não tenho a menor esperança de fazer revogar o ato de S. Exa.. Mas estou certo de que estas idéias não de frutificar. A questão é mais alta do que pode parecer aos frívolos. Trata-se de pôr nos atos do governo certas considerações de ordem científica; trata-se de mostrar que o Estado pode dar-me um ofício, e até dois, se lhe parecer; mas não pode, sem abuso e perigo, constranger-me a ocupá-lo ou ocupá-los.

E quando falo em Estado, refiro-me a todos os seus órgãos, cujo exercício anticientífico entre nós é realmente deplorável. Leu S. Exa. o último edital do juiz municipal de Barra Mansa? Chamam-se ali compradores para os bens penhorados a um major; e entre outras vacas, inscreve-se esta: "Uma vaca magra, muito ruim, avaliada em 10\$000". Não há procedimento menos científico. Por que é que a lei do particular não será a lei do Estado?

Nenhum particular diria tal coisa. Querendo vender a vaca, o particular poria no anúncio qualquer eufemismo delicado; diria que era uma vaca menos que regular, uma vaca com defeito, uma vaca para serviços leves. Jamais confessaria que a vaca era muito ruim. E vendê-la-ia, creiam, não digo pelos dez mil-réis, mas por quinze ou dezoito mil-réis. Se isto não é científico, então não sei o que é científico neste mundo e no outro.

## **23 de novembro**

Participo aos meus amigos que vou abrir (ou erigir) um quiosque. Resta-me só escolher o lugar e pedir licença à Câmara.

Toda a gente sabe que o quiosque é um dos exemplos mais expressivos da lei de

adaptação. Creio que na capital donde ele nos veio, é o lugar onde se mete uma mulher a vender jornais.

Aqui serve de abrigo a um ativo cidadão, que vende cigarros e bilhetes de loteria. Parece, à primeira vista, que um negócio desses não há de deixar grandes fundos. Pois deixa; e a prova é que ainda agora, a Câmara, concedendo um, para o Largo de São Francisco de Paula, impôs ao pretendente uma entrada de quinhentos mil-réis para *O livro de ouro*.

Nunca as mãos lhe doam à Câmara. Vá fazendo as suas concessões, uma vez que sejam justas, com a cláusula, porém, de que os pretendentes hão de entrar para *O livro de ouro*, por onde se vão libertar escravos no dia 2 de dezembro. A última sessão rendeu-lhe uns seis contos. Só um dos concessionários tem de dar cinco contos de réis; os outros quinhentos mil-réis são do dono de um estábulo.

O único senão que se poderá notar nesse método, é que, ao lado da filantropia real, estamos vendo florescer uma filantropia artificial em grande escala; mas, depois do sol artificial do Sr. Dr. Costa Lopes e dos vinhos artificiais de outras pessoas, creio que podemos ir aposentando a natureza. A natureza está ficando velha; e o artifício é um rapagão ambicioso.

No *livro de ouro* há vinho puro, e sol verdadeiro. Há uma parte, que é do melhor vinho cristão, daquele que a mão esquerda ignora: os dez contos anônimos que o Sr. Conde de Mesquita para lá mandou. Mas como o vinho puro não chega para o festim da Câmara, lembrou-se ela — e em boa hora — de aceitar do outro, considerando que no fim dá certo, e os escravos ficam livres.

Também há dias um anônimo teve a idéia de aconselhar ao governo um modo de acabar com a escravidão. Era estabelecer uma escala de preços para os títulos nobiliários, e convidar as pessoas que quisessem admissão ou promoção na classe. O autor chegou a citar nomes de titulares conhecidos e até de senhoras. Marcou ele mesmo os preços: um marquesado custaria cinqüenta contos, etc...

A idéia em si não é má. Dever um título à alforria de uns tantos escravos, pode ser menos heróico, mas não é menos cristão que devê-lo à tomada de Jerusalém. Acho a coisa perfeitamente justa; nem é por aí que a critico. Também José Clemente levantou o Hospício de Pedro II, por igual método; lucraram os infelizes, doidos, e lucramos todos nós, que podemos jantar à mesma mesa sem deitar os pratos à cara um dos outros; a presunção é que temos juízo; digo a presunção legal...

Não; o mal da idéia é que, por mais que acudissem aos títulos, o dinheiro que se recolhesse não chegaria para um buraco do dente da escravidão. *O livro de ouro*, da Câmara, é mais fácil de encher, porque é mais limitado.

Lá vou pôr os meus quinhentos mil-réis, ou mais, se mo pedirem, a troco do quiosque. Agora, principalmente, depois que li uma folha de São Paulo, estou pronto a abrir os cordões da bolsa. A citada folha declara que se deve votar no Sr. Comendador Malvino Reis para deputado, por ser daqueles que agüentam com as despesas públicas. Eu até aqui, quando as lojas de fazendas me pediam alguma coisa mais pela roupa e me diziam que era por causa dos impostos, imaginava que elas e eu dividíamos a carga ao meio, e que lá entrava o triste de mim, indiretamente, com alguma coisa nos ordenados dos funcionários; mas uma vez que é o Sr. Malvino que me paga a casa e a comida, sinto-me aliviado, e posso dar mais um tanto para a festa da Câmara.

Achei agora mesmo na rua um pedacinho de jornal, coisa de três dedos de altura e pouco mais de largura. A minha regra, em tais casos, é deixar o papel onde está: é a do meu vizinho, e provavelmente a do gênero humano. Mas, não sei por que, deu-me cócegas de apanhar este; lembrei-me de certa máxima que ouvi proferir em um drama, que aqui se representou há muitos anos, quando as galinhas ainda tinham dentes: "não se deve deixar rolar papel nenhum". E vai então inclinei-me, apanhei-o e li este anúncio:

*"Contratam-se coristas de ambos os sexos no Teatro Politeama; preferem-se moços que saibam música".*

Antes de mais nada, agradei à Providência Divina este imenso favor de haver-me deparado alguma coisa que, exprimindo um resto de superstição antiga, dá-me ocasião de pedir a meus contemporâneos que hasteemos audazmente a bandeira da liberdade.

A razão da superstição é clara. Sociedades políticas que ainda tresandam à Idade Média, em que tudo se dividia em classes, não podem conceber que a liberdade das funções seja um corolário da liberdade das opiniões. Daí a exigência, ainda vulgar, de que os melhores sapatos são os dos sapateiros: erro funesto e odioso, direi até ridículo, que é preciso acabar de uma vez para sempre.

Quando, por exemplo, certa folha dizia há alguns dias que convinha pôr de lado os políticos de profissão, e votar nos que o não eram, essa folha escrevia uma grande verdade, daquelas que devemos trazer gravadas na alma em letras perpétuas. E não digo isto, nem o disse ela, porque os políticos de profissão não possam exercê-la algumas vezes com vantagem, como Bismark, Pitt, Richelieu e alguns outros; mas porque o monopólio, sendo inimigo nato da liberdade (segundo elegantemente afirma o brigadeiro Calino), faz perdurar o vício medieval que aponte, e impede que outros cidadãos levem ao governo do Estado uma parte das qualidades que lhes são próprias. Além disso, restringindo Bismark à política, impede talvez que haja neste mundo mais um bom escrivão de órfãos e ausentes. O mesmo direi do Sr. Maia.

Nada de ódios às preferências. Por causa delas, vimos o que aconteceu no matadouro. Mandemos governar o Estado pessoas que não entendam de política; encomendemos as calças aos ourives, e os relógios aos boticários. Só assim chegaremos à perfeita liberdade universal. Tudo que não for isto, é voltar ao regímen das corporações de ofícios; é fazer da sociedade um vasto tabuleiro de xadrez, ou ainda pior; pois neste jogo, se o tabuleiro se divide em quadrados, é certo que as peças vão de um a outro. Na sociedade, como a criaram, as peças têm de ficar onde estão, bispo é bispo, cavalo é cavalo.

Não, ilustres contemporâneos meus; é evidente que este regímen já deu o seu cacho. A sociedade não pode ser isto. A própria História oferece exemplos salutaros. Camões, que se gaba de ter tido em uma das mãos a pena, e na outra a espada, esqueceu dizer se era ele próprio que consertava os seus calções rotos, mas provavelmente era, e ninguém lhe levou a mal. De São Paulo, sabe-se que ora apostolava, ora trabalhava de correio, e não lhe saíam mal feitas, nem as correias, nem as epístolas. Reduzamos esses casos raros a um princípio fixo e eterno; tudo para todos; não se preferem moços que saibam música.

**1886**

**4 de janeiro**

Lulu Sênior ouviu cantar o galo, mas não soube onde. É certo que houve uma

visita, mas não fui eu que a fiz; eu é que a recebi; também não foi o João Velhinho que a fez, mas outra pessoa mais decrépita. Trazia, é certo, um pedaço de jornal, mas era a folhinha do ano-novo.

A coisa passou-se assim; e não foi no dia 1º, mas no dia 2. Estava eu almoçando, quando me vieram dizer que alguém queria falar comigo.

— Mas quem é?

— Não sei, não senhor; parece mascarado.

Se isto fosse há quarenta anos, ou pouco menos, já eu sabia que era um bando de festas com música à frente, pedindo alguma coisa. Mas os bandos acabaram; não sei quem diabo se lembraria de ir mascarado falar comigo. Mandei abrir a sala, e fui receber a visita.

Realmente, era um mascarado, ou mais propriamente um fantasiado, pois trazia a cara descoberta; mas daqui a pouco veremos que vestia as suas próprias roupas. Estas eram gregas e antigas.

— Com quem tenho a honra de falar? disse eu.

— Com um infeliz, disse ele suspirando; e venho pedir-te que me faças a esmola de ver se alcanças a minha liberdade...

— É escravo? perguntei admirado.

— Antes fosse!

— Pior que escravo?

— O escravo pode libertar-se; eu não posso nada mais que gemer e pedir, pedir e gemer. Vês estas roupas? São dois belos séculos de Atenas.

— Vossa Senhoria é ateniense?

— Não me dê senhoria. Lá em Atenas todos me tratavam por tu; o próprio Alcibiades, o próprio Aristides... Ai, Aristides! Não posso falar deste homem sem cobrir-me de vergonha. Fui eu que o exilei.

— Ora, espero! És então aquele votante anônimo, que, cansado de ouvir chamá-lo justo, condenou-o por ocasião do ostracismo?

— Não; eu sou o próprio Ostracismo.

— Tu... Ostracismo...

— Eu mesmo. Desde que me aposentaram, nunca mais servi, até que, em 1850 da era cristã, alguns patrícios teus foram pedir-me, como grande obséquio, que viesse ajudá-los na política. Recusei a pés juntos, dizendo que, depois de tantos remorsos que me punham, nunca mais me viriam pôr a pontapés da pátria para fora os melhores servidores dela. Então eles explicaram-se; não queriam ostracismo de verdade, mas só de fraseologia, um ostracismo puramente caligráfico, e tipográfico. Tanto que a mesma ostra, se chegassem a empregá-la, seria ao almoço, crua, com Sauterne. À vista disso, aceitei, sem saber que aceitava a minha prisão. Sim, meu caro, vês aqui um triste prisioneiro dos teus patrícios.

— Mas... como...

— Ainda hoje. Aqui tens uma folha, é o *Diário do Brasil*; recomenda (ainda que merecidamente) um candidato às eleições próximas; mas que acrescenta ele sofreu com os seus amigos o ostracismo, e que os acompanhou. Juro-te que nunca fiz sofrer ninguém, desde que me aposentei; é uma calúnia, meu caro. Tenho-me calado, ouvindo dessas e de outras, mas também assim cansa, não posso mais.

— Mas, enfim, que quer que lhe faça?

— Quero que bote na *Gazeta* alguma coisa em meu favor; que me libertem, ou pelo menos que me deixem descansar até o fim do século; sempre é um alívio. Mais tarde, pode ser, que assim como se põe meias solas aos sapatos, assim se possa fazer às imagens, figuras e outras partes do estilo. Por ora estou muito acalanhado... Ostracismo para cá, ostracismo para lá; é ostracismo demais. Se os teus patrícios recusarem libertar-me diretamente, então lança mão de um meio indireto e infalível: recomenda-lhes que empreguem sempre os nomes apropriados às coisas... Verás, verás se vou daqui dormir por alguns anos. Sim?

Disse-lhe que sim; ele saiu. Escusado é dizer que era um doido; daí a meia hora foi preso e recolhido à 5ª estação.

**FIM**